

# Os fundamentos teóricos do programa do realismo em política internacional: a concepção de Morgenthau e a metafísica da política de poder

José R. N. Chiappin

O objetivo principal deste trabalho é apresentar o programa de pesquisa do realismo político moderno nas relações internacionais a partir da reconstrução racional de seus fundamentos teóricos. Concentrando-se na concepção de política internacional proposta por Morgenthau, o texto visa compor um quadro teórico do realismo político moderno, como uma teoria dinâmica, que permita identificar os principais problemas e os recursos e estratégias vislumbradas para solucioná-los. Neste contexto, o artigo defende a tese central, entre outras que são apresentadas e analisadas criticamente, de que o realismo político de Morgenthau é construído como um termo médio, uma alternativa, por um lado, ao idealismo e, por outro, ao realismo político clássicos. O foco de sua concepção é resolver o problema prático-teórico fundamental do sistema internacional de como fazer emergir a cooperação, e, deste modo, alcançar e preservar a ordem e a paz entre unidades políticas com interesses conflitantes. A solução procurada pressupõe os seguintes elementos: a natureza racional dos agentes, o método do equilíbrio do poder, a idéia de um Estado mundial, uma filosofia da história racional, contínua e convergentista, e, a interação entre a teoria da política internacional e a teoria da política externa. A estratégia de solução tem a ver com políticas de elaboração de mecanismos institucionais que orientem a dinâmica do sistema para uma situação de equilíbrio estável segundo a idéia reguladora da construção de um Estado mundial. Essa seria a única solução possível para a paz perpétua aos olhos de Morgenthau – como resultado de um processo longo e racional de desenvolvimento histórico do sistema.

Palavras-chave: teoria política, realismo político, cooperação.

*This paper aims to offer a fresh reading of the modern political realism research program in international relations based on the rational reconstruction of its theoretical foundations. Focusing on Morgenthau's →*

O objetivo deste trabalho<sup>1</sup> é apresentar uma reconstrução racional do programa de pesquisa das relações internacionais denominado realismo político<sup>2</sup>. O objetivo principal é propor uma forma de organizar as teorias da política internacional segundo um programa de pesquisa com estrutura fina como uma reconstrução racional levada a cabo por meio do recurso metodológico denominado de metodologia da teoria da ciência. Neste trabalho, esse objetivo se encontra implementado tanto com a apresentação dos instrumentos metodológicos quanto

pela sua aplicação na construção racional do programa de pesquisa sobre os fundamentos teóricos e metodológicos da concepção do realismo político em política internacional. A elaboração e construção racional desse programa de pesquisa se dá, contudo, a partir do que se pretende denominar de reconstrução racional da concepção do realismo

*José R. N. Chiappin é professor livre-docente do Departamento de Economia da Universidade de São Paulo. É doutor em Filosofia pela Universidade de Pittsburgh e doutor em Economia e em Física pela USP. Ele pode ser contactado pelo e-mail chiappin@usp.br.*

*Esta pesquisa fez parte de um programa financiado inicialmente pelo CNPq no período de 1991 a 1994. Esse trabalho foi publicado no formato de seminário, em 1996, na Série Carta Internacional. Abre-se agora a oportunidade de sua publicação em dois artigos complementares, sendo este o primeiro. Os dois artigos referem-se apenas ao núcleo teórico do que denominamos de metafísica política da concepção de política internacional de Morgenthau; a metodologia de Morgenthau, que tem seu núcleo no equilíbrio do poder, deverá aparecer em um próximo artigo.*

→ *international political formulations, this article tries to build a theoretical framework of modern political realism that allows the identification of the main problems the program was designed to solve and the strategies envisioned to deal with them. Other theories developed about the program are also presented and reviewed. This paper argues that Morgenthau's political realism should be understood as a middle term, built as an alternative both to idealism and classic political realism. Such conception aims to equate the most fundamental practical-theoretical problem of the international system: to achieve and preserve order and peace among political units embedded with conflicting interests. Morgenthau assigns central role in its theoretical formulation to the converging dynamics of historical processes. According to this interpretation of history defended by the author, the international system can evolve to a situation of stable equilibrium and should be guided by a regulative idea of a world State. That would be the only possible solution to a perpetual peace in Morgenthau's eyes – as the result of a long and rational process of historical development of the system.*

*Keywords: political theory, political realism, cooperation.*

político moderno, concentrando-se, contudo, este texto, na concepção de política internacional de Morgenthau como representante do realismo moderno e do racionalismo político. O recurso a essa forma de organização metodológica do conhecimento das teorias da política internacional no formato de um programa com estrutura fina reconstruído racionalmente por meio da metodologia da teoria da ciência visa compor uma moldura teórica do realismo político, em particular do moderno, delineado por meio de conceitos, definições básicas pressuposições centrais e um aparato metodológico, no interior do qual pretende-se elaborar, enquadrar e resolver os problemas da política internacional. Desta forma, pretende-se, por um lado, reconstruir o quadro teórico e metodológico do realismo político com seus principais conceitos e teses, e, por outro lado, aplicar esse aparato teórico para elaborar, enquadrar problemas e desenvolver estratégias e técnicas que proporcionem sua solução. Nesse quadro teórico reconstruído do realismo político pretende-se também defender uma tese principal: a de que Morgenthau elaborou a concepção do realismo político moderno, como um meio termo ou como alternativa, por um lado, ao idealismo clássico, e, por outro, ao realismo político clássico.

A concepção do realismo político tem sido a mais influente em toda a história da teoria das relações internacionais, apesar de contarmos agora com algumas concepções que se apresentam como competidoras do programa realista, em particular o programa do neo-realismo político. A despeito de tal quase monopólio intelectual, essa concepção tem convivido com muitas dificuldades, principalmente na questão de identificar, elaborar e estabelecer de maneira firme e clara seu sistema conceitual teórico e sua metodologia para construir explicações e resolver problemas de forma mais direta. Essa falta de clareza sobre seus fundamentos teóricos (conceitos, hipóteses, princípios, e definições) e seus componentes metodológicos (métodos, modelos, heurísticas e técnicas) tem provocado não apenas confusões e mal-entendidos, mas ainda vários problemas, como aqueles ligados à classificação e localização das ca-

racterísticas dos diversos ramos dessas pesquisas, e aqueles relacionados com a avaliação do programa, as características de evolução do programa e sua comparação com outros. A fim de perseguir o objetivo de contribuir para organizar, sistematizar e esclarecer os fundamentos dessa concepção, penso que a concepção realista pode ser ainda melhor articulada se for vista como um programa de pesquisa que consiste numa série de teorias ao invés de uma única teoria. A primeira teoria dessa série pode remontar às origens da historiografia grega, com Tucídides<sup>3</sup>. Para proporcionar uma reconstrução racional dessa concepção, a seqüência natural da proposta acima pede a identificação de recursos teóricos adequados para a realização desse objetivo com sucesso. Recorro a dois instrumentos metodológicos principais para realizar esse fim: a metodologia do programa de pesquisa desenvolvida por Lakatos<sup>4</sup> e uma metodologia da teoria da ciência (MTC) desenvolvida por mim<sup>5</sup>. A combinação desses dois recursos metodológicos é bastante robusta e cumpre os objetivos de identificar, catalogar, sistematizar e construir um esquema conceitual, constituído basicamente de um quadro teórico e um sistema operacional, em relação ao qual teses sobre essa concepção podem ser discutidas. Nesse esquema devem estar representados tanto os principais conceitos, primitivos e derivados, definições, pressuposições teóricas, princípios e valores, quanto os métodos, regras, modelos e técnicas mais significativos utilizados para construir teorias, para elaborar explicações e resolver problemas.

Esses elementos devem, em princípio, ser partilhados por todas as concepções ou teorias que se pretendem realistas. As teorias pertencentes ao programa devem diferir uma da outra por alterações em seus elementos metodológicos mas não em sua metafísica política que pertence ao núcleo do programa. Além disso, esses elementos devem também servir de guias para a construção de outras teorias ou modelos das relações internacionais enquadrados no programa realista. Pretendo identificar também os padrões e as características dos principais problemas tratados ou enfrentados pelo programa, assim como os

recursos, técnicas e métodos utilizados para resolvê-los. A análise das outras teorias do programa realista é conduzida sobre a orientação do programa entendida como uma seqüência. Nesse sentido, uma das preocupações da análise recai sobre as contribuições que as teorias desse programa se propõem a trazer no intuito de resolver os problemas das teorias anteriores. A partir dessa organização serial, é possível lançar a questão da progressividade do programa, isto é, uma vez estabelecidos esses elementos do programa, pode-se, na linha lakatosiana<sup>6</sup>, perguntar pelo seu caráter progressivo ou não. Mas é preciso advertir que a preocupação dessa análise não é ser meramente descritiva e formal, ou puramente teórica. Ao contrário, o presente enfoque reflete a característica básica de toda nossa abordagem do trabalho teórico, que estabelece a necessidade de discutir teses sobre qualquer tema sempre em relação a um quadro teórico identificado e especificado previamente e com clareza. Por isso, neste enfoque a abordagem da reconstrução racional é sempre um elemento imprescindível na elaboração do quadro teórico. Dessa forma, para nós, a abordagem da reconstrução assume um caráter mais interpretativo do que descritivo.

Nessa linha, fica definido que o primeiro elemento importante do enfoque é sempre a apresentação do sistema conceitual e dos instrumentos analíticos que permitem a reconstrução racional do programa e, portanto, a elaboração do quadro teórico. Na seqüência, o desenvolvimento do programa requer o delineamento das proposições e teses fundamentais do realismo político juntamente com as teses particulares e de caráter polêmico a serem implementadas no interior desse quadro teórico. Entre as teses de caráter polêmico que defendo com respeito ao realismo político, a primeira afirma que o realismo político moderno procura distinguir, de maneira clara, duas linhas de investigação: uma prática ou normativa e outra teórica. Essas

## **A concepção do realismo político tem sido a mais influente em toda a história da teoria das relações internacionais, apesar de contarmos agora com algumas concepções que se apresentam como competidoras.**

duas linhas têm a ver com questões de ordem prática e questões de ordem puramente teórica. Essas questões pressupõem a distinção importante entre fato e valor, a qual, por sua vez, sustenta uma dicotomia que é importante para entender a concepção de Morgenthau, aquela entre política pura e política aplicada.

Nessa ordem, a teoria política pura refere-se a questões de fato, ainda que analisadas conceitualmente por meio de uma teoria. Os critérios de avaliação de uma teoria política pura são os da consistência lógica e da consistência com os fatos. Ela não envolve questões éticas, morais ou de valor,

enquanto a política aplicada (no caso, a política externa de uma nação), por levar em conta os interesses nacionais, faz uso de propósitos práticos e morais, valores, fins e princípios com os quais o país está comprometido. Contudo, ela deve combinar esses valores com os fatos trazidos pela teoria pura utilizando os mesmos cânones que a teoria pura, com o objetivo de formular soluções para os problemas práticos por ela enfrentados. Nesse aspecto, parece haver também uma contribuição de Morgenthau, para quem a avaliação da política aplicada deve ser feita por meios racionais. Por isso, pode-se dizer que há o objetivo de construir uma teoria racional (pura) da política internacional. A partir dela torna-se possível construir a política externa como política aplicada pura.

Nesse contexto, apresento uma tese forte, que Morgenthau não defende explicitamente, contudo, considero essa tese metodologicamente essencial para uma (re) construção racional do realismo político moderno. Essa tese diz respeito à articulação daquelas duas dimensões da política, a teoria política pura e a política aplicada, as quais correspondem à dicotomia entre fatos e valores. Como mencionamos acima, a teoria da política pura deve discutir apenas questões de fato, ainda que interpretadas, enquanto a política aplicada (ou, no caso de Morgenthau, a política externa) deve combinar os resultados da política pura com elementos éticos, de valor ou interesse para formular políticas ou estratégias de ação. No entanto, Morgenthau não parece defender explicitamente essa dicotomia, e sim uma tese segundo a qual a política aplicada, ou política externa, entendida como política internacional, deve estar submetida aos cânones racionais e científicos de avaliação. Nesse esforço estaria sua estratégia para evitar a concepção idealista da política internacional.

Uma segunda tese a ser defendida afirma que, do ponto de vista normativo, o objetivo primeiro de Morgenthau consiste em elaborar uma concepção realista que se propõe a contribuir para resolver adequadamente o problema principal do sistema internacional, o qual decorre naturalmente da pressuposição básica do realismo político de considerar que a natureza desse sistema é ser constituído de unidades políticas com interesses opostos e conflitantes: evitar a guerra, portanto, buscar, alcançar e preservar a paz e a ordem no sistema internacional de maneira duradoura. Na linguagem de Kant, o problema principal é aquele da paz perpétua.

O estabelecimento desse fim prático, como o objetivo supremo de uma concepção realista da política internacional, requer, contudo, uma terceira tese sobre o realismo de Morgenthau: que o realismo político, na busca da realização desse fim de realizar e construir a paz perpétua, deve não apenas evitar as especulações da visão idealista das relações internacionais, mas também o radicalismo do realismo clássico, que desconhece o papel dos sistemas de

valores, de princípios morais e culturais na aplicação do método do equilíbrio do poder.

Assim, o conjunto dessas teses sustenta, na visão de Morgenthau, que a concepção do realismo político moderno a ser construída, deve ser, por um lado, uma alternativa ao idealismo e ao seu pressuposto da submissão da política à ética, e, portanto sua confusão entre política pura e política aplicada, e, por outro lado, uma alternativa ao realismo clássico e sua submissão de todos os valores à política de

## **Entre as teses de caráter polêmico que defendo com respeito ao realismo político, a primeira afirma que o realismo político moderno procura distinguir, de maneira clara, duas linhas de investigação: uma prática ou normativa e outra teórica.**

poder, na qual a dimensão predominante do monopólio da violência é suficiente para a solução do problema da paz.

Para exemplificar o irrealismo do idealismo, basta lembrar que foi sob sua égide que se conduziu a organização institucional do sistema internacional pós-Primeira Guerra Mundial, quando se criou a Liga das Nações como a principal das instituições que visavam implementar a paz entre os países. Contudo, tal sistema redundou num fracasso que foi outra guerra mundial, e isso, segundo os realistas, devido à crença ingênua de que os seus idealizadores acreditavam que o compromisso com os valores e os fins morais era suficiente para alcançar com sucesso o objetivo da paz entre as nações.

O realismo clássico, representado por Maquiavel e Hobbes, mostrou incompreensão, segundo Morgenthau, quanto ao papel da ética, dos valores, das instituições, e da normatividade na condução dos assuntos políticos. Em particular, não compreendeu a importância e a essencialidade da ética, das instituições, e dos valores para a aplicação do método característico de realismo político que é o método da política de poder fundado no mecanismo de equilíbrio do poder entre as unidades políticas. O método do mecanismo do equilíbrio do poder é o recurso técnico realista para buscar, implementar e alcançar o equilíbrio do poder no sistema internacional, e, por aqui, a paz entre as unidades políticas autônomas que são neste estágio atual do desenvolvimento político as nações, mas que poderá ser entre blocos no futuro.

Ao contrário do idealismo clássico, os realistas clássicos, com sua crença na política pura do poder, desconsideraram o papel dos valores na política e, quando os adotavam, submetiam-nos à política de poder, cuja dimensão principal é o monopólio ou equilíbrio do poder. Portanto, o realismo clássico parece não ter conseguido separar a teoria política pura da política aplicada, nem definir qual a relação entre valor e fato em política. Além disso, ele parece não ter chegado à conclusão de como avaliar as alternati-

vas de ações elaboradas a partir de sistemas que envolvem questões de fatos e valores.

Em particular, o realismo clássico, com Maquiavel e Hobbes, parece não ter percebido (e este é um dos principais argumentos deste ensaio na interpretação do realismo de Morgenthau) que o método da política de poder, com o mecanismo do equilíbrio do poder e sem os elementos éticos, normativos e institucionais, é insuficiente para os propósitos de realizar o objetivo prático de alcançar e manter a paz de maneira duradoura entre unidades do sistema internacional com interesses opostos e conflitantes.

De tais considerações segue-se a tese que afirma a demarcação fundamental entre a teoria pura da política e a política aplicada. Essa demarcação depende, por sua vez, da dicotomia anterior entre fato e valor. A teoria política pura refere-se a questões de fato, ainda que analisadas e interpretadas por meio de uma teoria. Dessa forma, os critérios de avaliação de uma teoria política pura, assim como os de uma teoria científica, são aqueles da consistência lógica e com os fatos.

A teoria científica ao procurar descrever, explicar e prever fenômenos deve satisfazer certos cânones<sup>7</sup>, como, por exemplo, e, principalmente, resguardando sua objetividade, não envolver questões éticas, de valor ou interesse, exceto aquelas acerca do que vem a ser cientificidade. No entanto, não é este o caso da política aplicada, pois, esta (no caso, a política externa de uma nação) que faz uso dos resultados da teoria política pura, também adiciona e se compromete com valores, fins e princípios tanto no enquadramento dos problemas práticos por ela enfrentados quanto no encaminhamento de suas soluções. Os critérios de avaliação e escolha de políticas aplicadas, como no caso da política externa, são diferentes daqueles da teoria pura, pois envolvem, entre outros, os critérios do preceito moral da prudência e da exigência política do sucesso. Em particular, o papel do sucesso político é fundamental na avaliação das soluções<sup>8</sup>.

Finalmente, uma última tese, quanto ao realismo moderno, separa duas versões do realismo: o de Morgenthau e o de Kennan<sup>9</sup>. O realismo de Morgenthau afirma que a solução para o problema da paz perpétua está numa interpretação dinâmica do sistema internacional, comprometida com uma concepção convergentista (teleológica) da história que começa com Rousseau, e é desenvolvida e aplicada por Kant, Hegel, Marx, e, também por Duhem como instrumento para dar racionalidade ao progresso do conhecimento, e, para mostrar que o indivíduo ainda que auto-interessado, por sua racionalidade, pode construir as instituições capazes de garantir as condições de emergência e estabilidade de um ambiente de cooperação.

O pressuposto aqui é que a concepção do realismo moderno é uma teoria da dinâmica do sistema internacional com um modelo particular de dinâmica que é aquela do

tipo convergentista dirigida para um determinado ponto de equilíbrio estável. Mas, o principal modelo é aquele das ciências com seus modelos de sistemas, mecânicos ou térmicos, que evoluem para um ponto de equilíbrio estável. Pressupõe-se aí que o sistema internacional é uma estrutura definida por um conjunto de configurações de poder e por um processo ou dinâmica que estabelece como essas configurações são geradas ou produzidas umas a partir das outras.

No caso de Morgenthau, esse processo dinâmico pode e deve ser controlado e manobrado no sentido de uma evolução dinâmica para um estado privilegiado. Morgenthau defende, de acordo com minha interpretação, que o sistema internacional poderia ser conduzido, por meio do controle dessa dinâmica, através de uma sucessão de configurações de equilíbrio de poder, na direção de uma configuração especial de equilíbrio estável. O modelo de convergência, que pressuponho ser um princípio regulador na concepção realista de Morgenthau, envolve, assim, uma configuração de distribuição de poder ideal que seria um Estado mundial federal. Esse Estado mundial é apresentado na condição de modelo teórico ideal e, portanto, aparece como um fim transcendente do ponto de vista da história real do desenvolvimento do sistema internacional na busca e preservação da ordem e da paz.

Nesse programa do realismo de Morgenthau, o papel da concepção da política internacional consiste em elaborar os instrumentos capazes de organizar, operacionalizar e construir, por meio de engenharia e tecnologias sociais, instituições e organizações que tornem viável uma trajetória de configurações de poder que conduza o sistema internacional de maneira sistemática e regular até esse fim ideal, que seria uma configuração de poder de equilíbrio estável (o Estado mundial kantiano como um federalismo.).

O realismo de Kennan rejeita, por seu lado, a solução universalista de um Estado mundial capaz de realizar a paz perpétua. Huntington é um herdeiro do realismo de

## **O realismo clássico, com Maquiavel e Hobbes, parece não ter percebido que o método da política de poder é insuficiente para os propósitos de realizar o objetivo prático de alcançar e manter a paz de maneira duradoura entre unidades do sistema internacional com interesses opostos e conflitantes.**

Kennan tanto em sua defesa do mecanismo do equilíbrio do poder como instrumento de organização do sistema internacional como idealizador de uma política de contenção da emergência de novos centros de poder, como o fundamentalismo islâmico. Kennan presume a diversidade dos interesses e valores e prega o uso do equilíbrio de poder como um mecanismo suficiente para manter o estado de estabilidade das relações entre unidades de poder com in-

teresses opostos e conflitantes. Essas unidades têm de preservar e realizar seus interesses nacionais, sua autonomia e soberania, ao mesmo tempo que partilham o objetivo da paz entre as unidades do sistema. A realização desse objetivo prático requer dessa concepção do realismo político, no seu programa de pesquisa, o estabelecimento de uma demarcação entre a teoria da política pura e a política aplicada. Essa distinção está ligada ao sucesso da realização do fim supremo acima exposto. À teoria pura cabe o estudo da natureza do político como ele realmente é. Essa teoria pura da natureza real do político deve estar sujeita ao teste dual da razão e da experiência. À política aplicada (no caso de Morgenthau, a política externa) cabe o uso dos resultados da teoria pura, como no realismo clássico, mais os valores e propósitos práticos e morais, como no idealismo, para resolver os problemas práticos da política, em particular os da paz duradoura. No entanto, para ele, ambas devem ser teorias racionais, e isso significa que sejam avaliadas pelos critérios da teoria pura, os da razão e da experiência.

### **Os recursos metodológicos**

Nesta seção apresento os principais instrumentos a serem utilizados para organizar as teorias da política internacional no formato de um programa de pesquisa, mais particularmente, para propor reconstrução racional do realismo político, em particular do realismo político moderno de Morgenthau no formato de um programa de pesquisa

### **A noção de programa de pesquisa**

A primeira noção importante é a de programa metodológico de pesquisa<sup>10</sup>. Este é definido por meio de um sistema de regras metodológicas. Tal sistema divide-se em duas partes: uma é composta de regras que definem o núcleo do programa de pesquisa e a outra é o cinturão externo do programa. O núcleo do programa consiste em componentes teóricos fundamentais sobre os quais assentam-se todas

as análises, explicações e pesquisas dos fenômenos em questão. Esse núcleo mais as regras que têm a função de evitar que o núcleo seja atingido pelas refutações do programa formam um todo denominado heurística negativa do programa. As evidências refutadoras ou contra-exemplos podem ameaçar o núcleo pelo princípio do *modus tollens*<sup>11</sup>. Mas a regra da heurística negativa proíbe que essas evidências

refutadoras sejam direcionadas ao núcleo do programa. Ela protege o núcleo de maneira dogmática.

Apesar do núcleo do programa definir praticamente o programa, este contém ainda outro elemento muito importante: a heurística positiva ou o cinturão externo. A heurística positiva é um sistema de regras e outros recursos metodológicos parcialmente articulados entre si, formados de elementos como hipóteses auxiliares, métodos,

técnicas, normas e modelos, os quais estão voltados para auxiliar a aplicação dos elementos do núcleo, para explicar os eventos e resolver os problemas do programa de pesquisa, em particular para dissolver as instâncias refutadoras do programa por meio de sua solução ou mesmo marginalização metodológica, evitando de qualquer forma seu redirecionamento para o núcleo do programa. Assim, a heurística positiva funciona como uma espécie de cinturão ou escudo de proteção do núcleo. Mediante esses recursos e estratégias de solução e dissolução de problemas postos pelas instâncias refutadoras contra o núcleo é que a heurística positiva o protege.

A pressuposição mais básica do programa de pesquisa afirma a irrefutabilidade provisória do núcleo e, portanto, que deve ser protegido a qualquer custo. Essa irrefu-

### **Morgenthau defende que o sistema internacional poderia ser conduzido através de uma sucessão de configurações de equilíbrio de poder, na direção de uma configuração especial de equilíbrio estável.**

tabilidade provisória é estabelecida convencional ou dogmaticamente. Nesse sentido, a principal característica do núcleo é a sua inflexibilidade. Portanto, qualquer mudança no núcleo significaria uma mudança de programa. Ao contrário, o conjunto de regras e componentes metodológicos que constitui a heurística positiva é apenas fracamente definido e apresenta articulação apenas razoável entre os componentes, sujeitos a mudanças e substituições dentro do mesmo programa. Essa flexibilidade da heurística positiva deve ser suficiente para permitir a capacidade inventiva freqüentemente envolvida num processo de solução de problemas. A unidade epistêmica do programa não é uma única teoria, mas uma série de teorias, todas partilhando o mesmo núcleo teórico, mas diferindo quanto a seus modelos e hipóteses auxiliares. Com respeito à avaliação do programa de pesquisa, esta se dá por sua capacidade de mostrar uma transferência tanto teórica quanto empiricamente progressiva de problemas de uma teoria para outra. Diz-se que um programa de pesquisa é teoricamente progressivo se cada nova teoria prediz um fato novo, e empiricamente progressivo se tal fato novo é empiricamente corroborado. Finalmente, afirma-se que um programa de pesquisa é progressivo se ele é ao mesmo tempo progressivo teórica e empiricamente. Um programa de pesquisa é degenerativo quando não é progressivo. Nesse ponto, é importante um método ou critérios de escolha entre teorias em competição para constituir a série de teorias. Lakatos fornece um método de escolha com elevado grau de sofisticação e detalhe para a escolha da melhor teoria na dinâmica da série, melhor num sentido definido.

## **A metodologia da teoria da ciência**

### **a) Introdução**

Nesta seção pretendo apresentar o segundo recurso metodológico, a metodologia da teoria da ciência (MTC)<sup>12</sup>, com o qual procuro proporcionar um método para reconstruir a estrutura mais fina tanto do núcleo teórico quanto do cinturão de proteção do programa racionalista. Trata-também de uma metodologia para construir ou reconstruir teorias. Essa estrutura mais fina, mais microscópica, do núcleo tem por objetivo proporcionar um aprofundamento do exame dos detalhes do núcleo teórico das teorias da política internacional. Essa estrutura mais fina permite perceber também uma maior articulação e clareza dos elementos envolvidos no programa, assim como os principais problemas relacionados com a sua evolução. Com a metodologia da teoria da ciência pode-se, por exemplo, distinguir de maneira mais útil e eficaz e estabelecer diferenças entre as diversas concepções do realismo político. Assim, torna-se

possível uma avaliação mais correta das diferenças teóricas entre os membros desse programa em suas tentativas de propor novos meios de avançar na capacidade de resolver problemas tanto empíricos quanto teóricos. Dessa forma, a metodologia da teoria da ciência (MTC) é um método de reconstrução e organização de teorias com o objetivo de explicitar e organizar analiticamente os principais componentes envolvidos na elaboração e desenvolvimento das teorias. Em particular, com respeito à concepção de Morgenthau de uma teoria racional da política, a metodologia da teoria da ciência dá conteúdo a esse ponto de vista interpretando-a com uma estrutura de escolha racional, portanto, com estabelecimento de fins (axiologia) sujeitos a restrições (ontologia e epistemologia) e com uma metodologia para escolher as ações e estratégias para a realização desses fins com as restrições estabelecidas pela ontologia e epistemologia. A metodologia contém tanto os procedimentos para a construção de modelos com o uso do instrumento do mecanismo do equilíbrio do poder, a partir dos quais, quanto os meios para as melhores ações e estratégias.

### **b) Os problemas fundamentais da teoria da ciência**

A metodologia da teoria da ciência, como disse acima, é uma proposta para construir e reconstruir concepções de ciência ou teorias de qualquer área. O primeiro elemento é uma série de critérios adequação que qualquer candidata a concepção de teoria/ciência deve preencher. Esses critérios correspondem a quatro problemas que chamo de problemas epistemológicos fundamentais e um quinto, que acredito ser um problema fundamental mais apropriado

as ciências humanas.

O *problema da unidade epistêmica* é o problema do objeto, natureza, estrutura e construção da unidade epistêmica. Essa unidade pode ser a teoria científica propriamente dita, o que ocorre na maioria das vezes, ou a lei, a explicação, problemas, etc.

O *problema da construção e escolha de instâncias da unidade epistêmica* é geralmente o problema de como construir a unidade epistêmica, da sua consistência formal e da consistência com os fatos, ou da relação e do teste entre a unidade epistêmica e as experiências.

O *problema do modelo da dinâmica e do progresso do conhecimento* diz respeito a como o conhecimento muda, progride e se modifica. Dado que o conhecimento é expresso por uma unidade epistêmica básica, a questão da dinâmica é a questão das alterações e do progresso dessa unidade epistêmica.

O *problema do estatuto cognitivo e do valor de conhecimento da unidade epistêmica* refere-se ao caráter instrumentalista, realista, ou descritivista da unidade epistêmica.

O *problema normativo* é o problema das implicações práticas e normativas para a ação política, no caso das ciências políticas. Consiste no problema da elaboração de políticas de ação baseadas na unidade epistêmica. No caso da política internacional, ele é o problema das implicações para as políticas externas e da elaboração das mesmas. Outro aspecto desse problema surge ao identificar-se os problemas práticos que servem de princípios reguladores para a elaboração de teorias como intermediários na solução desses problemas.

### c) A estrutura da teoria da ciência

O objetivo da metodologia da teoria da ciência (MTC), como recurso metametodológico, é proporcionar uma estrutura articulada para conduzir a construção e avaliação de candidatos à concepção da ciência no que diz respeito a como esses candidatos abordam esses quatro problemas básicos. A fim de realizar esse propósito, a metametodologia presume que uma teoria da ciência (TC) é uma estrutura composta de fins, valores, teses, princípios, métodos, critérios e técnicas, que pode ser organizada segundo três níveis: i) metafísica, ii) lógica da ciência e iii) história (da ciência).

No nível da metafísica, descreve-se o domínio de estudo da teoria que está sendo reconstruída por meio da identificação das entidades e das relações entre elas, assim como as características abstratas do conhecimento e dos valores e fins assumidos pela teoria. No nível da lógica da ciência definem-se os recursos metodológicos que prescrevem como devemos construir as teorias e explicações dos fenômenos estudados, assim como os métodos de escolha entre as teorias e explicações construídas; nesse mesmo nível descrevem-se e discutem-se também os problemas envolvidos com a questão da legitimidade e justificação das

concepções elaboradas. Por exemplo, discute-se o tema de escolhas de concepções, por exemplo o que legitima a aceitação da concepção de realismo político de Morgenthau em lugar da de Robert Keohane, ou vice-versa. Enfim, no nível da história discute-se o papel metodológico que a história desempenha na concepção que está sendo reconstruída, se for o caso, pois há concepções que não fazem uso da história como recurso metodológico. No entanto, no caso do realismo político a história tem destaque também como método.

### d) A metafísica

O nível da metafísica pode, por sua vez, ser decomposto em três subníveis.

**Ontologia:** neste nível ficam estabelecidas as principais entidades do domínio em estudo. É o domínio das considerações sobre a natureza do mundo, das entidades e componentes do mundo na área sob investigação. Essas considerações são expressas por teses ontológicas<sup>13</sup>.

**Epistemologia:** o nível epistemológico é aquele no qual se afirmam as considerações sobre a natureza do conhecimento, da teoria a ser construída acerca das entidades e das relações destas com os fenômenos. É o domínio das considerações acerca da natureza do conhecimento do mundo definido na ontologia. Essas considerações são expressas por meio de teses epistemológicas.

**Axiologia:** neste nível temos o domínio das considerações sobre os valores, fins e propósitos morais que devem ser partilhados e perseguidos pela concepção da ciência em questão. As proposições sobre os valores e fins partilhados pela concepção são expressas por teses axiológicas.

O nível metafísico descreve, portanto, as principais pressuposições da concepção da ciência, assim como os fins e valores com os quais está comprometida. No nível metafísico definem-se os fins que a concepção da ciência pretende realizar e delimitam-se as restrições sob as quais ela deve perseguir esses fins. Essas restrições são dadas tanto pelos valores, princípios e propósitos morais que ela deve partilhar quanto pelas entidades e constituintes do mundo que ela presume existir, e também pela forma e natureza do conhecimento que podemos ter dos fenômenos produzidos pelas entidades e constituintes da ontologia.

### e) A lógica da ciência

O nível da lógica da ciência pretende descrever os instrumentos, métodos, técnicas, critérios, regras e outros recursos metodológicos de que a concepção deve dispor para operacionalizar as questões e problemas relacionados com a unidade epistêmica que é objeto de estudo da concepção da teoria em questão. O nível da lógica da ciência pode ser dividido em dois subníveis: i) metodologia e ii) metametodologia.

O objetivo do nível metodológico é o estudo do obje-

to, natureza, estrutura e métodos de construção e escolha da unidade epistêmica, bem como do sistema operacional por meio do qual se faz a aplicação da unidade epistêmica para resolver problemas. O objeto desse nível é a unidade epistêmica, que na maioria das vezes é a teoria. No caso da concepção de Morgenthau, a unidade epistêmica é dupla e consiste tanto na teoria pura da política (internacional) quanto na teoria da política externa, que é política aplica-

## **Nas obras de Morgenthau, Huntington e Fukuyama, a história desempenha um papel fundamental em suas concepções da política internacional. Não é o caso, por outro lado, da concepção de política internacional de Kenneth Waltz.**

da. Por sua vez, é preciso ficar claro que o objeto imediato da Metodologia da Teoria da Ciência é a concepção de ciência. Esses dois elementos estão bastante claros na obra de Morgenthau, na qual se tem de um lado a concepção do realismo político e de outro tanto a teoria, propriamente dita, portanto pura, da política internacional, quanto a política externa. Estas duas últimas são construídas segundo as orientações de sua concepção. Dessa forma, a concepção é uma metateoria, isto é, um sistema de objetivos, regras, métodos e critérios cujo objeto é a construção da teoria, por exemplo, da política internacional. Assim, o objeto imediato da Metodologia da Teoria da Ciência é a concepção da ciência, e não a teoria propriamente dita.

O nível metodológico preocupa-se com as questões da construção da unidade epistêmica, da escolha das diversas instâncias da unidade epistêmica e do uso dessa unidade para a solução de problemas. Assim, de maneira mais detalhada pode-se dividir o nível metodológico em três sub-níveis:

- A metodologia da construção da unidade epistêmica

Neste nível, o objetivo está relacionado com a questão da unidade epistêmica, sua identificação, estrutura, objeto, escolha, avaliação, etc. Este nível do método de construção da unidade epistêmica divide-se, por sua vez, em três partes: a linguagem, a representação e o método de construção propriamente dito, ou método abstrato. Nesta parte da metodologia descrevem-se a estrutura da unidade epistêmica, a linguagem e a representação na qual ela deve ser construída. Portanto, este nível refere-se aos métodos, critérios, técnicas e regras para construir os componentes da unidade epistêmica que a concepção da ciência elege como a mais adequada para organizar e representar os fenômenos. Como mencionei acima, na maioria das vezes, a unidade epistêmica escolhida é a teoria. Isso significa que, nesse caso, se discutem os critérios e regras de como os conceitos

devem ser introduzidos, a que critérios eles devem satisfazer, bem como as proposições básicas da teoria. Por outro lado, à elaboração da estrutura da unidade epistêmica encontra-se associada a linguagem, ou a formulação, ou ainda a representação na qual traduzimos a estrutura da unidade. Essa linguagem pode ser, por exemplo, a teoria dos conjuntos, para representar, por exemplo, as teorias de escolha racional em política, ou a teoria dos conjuntos, a análise e a álgebra para utilizar a teoria formal dos jogos, com a qual se pode tratar tanto as teorias da ciência política quanto as teorias econômicas. Não se deve esquecer um aspecto importante das representações das unidades epistêmicas: sua contribuição para o sistema operacional e para a heurística da unidade epistêmica, uma vez que ela traz consigo, embutido, todo um arsenal

para a solução de problemas. Assim, o procedimento de construção de teorias deve ter em vista, também, os recursos de que a teoria pode dispor para resolver problemas com eficiência, quando da escolha da representação para descrever a unidade.

No que diz respeito à estrutura da unidade epistêmica, pressuponho que, como qualquer unidade básica do conhecimento que seja reconstruída ou construída, ela tem uma estrutura simplificada, como discutido anteriormente, isto é, ela compõe-se de uma base, a base do conhecimento, da representação acima mencionada e de um sistema de inferência. Por sua vez, a base do conhecimento é dada pela base da teoria e é, portanto, formada de conceitos primitivos e derivados, proposições fundamentais, hipóteses e definições.

- A metodologia do sistema operacional ou heurística

Esta parte da metodologia tem a ver com os meios e recursos, juntamente com aqueles da representação, de que dispõe a unidade epistêmica para aplicar e operacionalizar sua base de conhecimento visando resolver problemas e proporcionar explicações dos eventos em questão. Esse é o domínio propriamente dito do método ou teoria de solução de problemas. Ele é o conjunto de métodos, pressuposições, hipóteses auxiliares, instrumentos, técnicas, estatísticas, simulações, normas e cálculos, todos eles voltados para a construção de modelos, hipóteses auxiliares e pressuposições cuja função é proporcionar aplicações da base da teoria para resolver os problemas relacionados com a teoria em questão. Esses problemas podem ser tanto referentes à própria teoria, quanto uma aplicação da teoria para resolver problemas práticos ou de ajuste entre a teoria e o mundo.

- A metodologia da escolha da “melhor” entre as instâncias das unidades epistêmicas



O método de escolha descreve os critérios e regras para a escolha da melhor entre as instâncias da unidade epistêmica construídas. Essas instâncias da unidade epistêmica são os seus diversos modelos, construídos para proporcionar explicações dos fenômenos em estudo. Não se pode esquecer que a característica principal do aspecto metodológico é estar voltado para a construção da teoria, que deve ser feita segundo o modelo da elaboração de uma estrutura do conhecimento, portanto percorrendo o roteiro de elaboração de uma base do conhecimento, identificação da representação, do sistema de inferência por meio dos métodos de construção, além da escolha de uma formulação que tenha uma heurística associada a uma grande capacidade de resolução de problemas, e também a escolha de um sistema operacional que possa auxiliar ainda mais o processo de solução de problemas por meio de outros recursos técnicos não embutidos na representação da teoria.

O nível metametodológico refere-se, por sua vez, à discussão acerca dos critérios, regras e argumentos para escolher e justificar concepções de ciência. No nível metametodológico, a discussão tem por objeto as próprias concepções da ciência, enquanto no nível metodológico o objeto da discussão é a ciência propriamente dita, como construí-la e como escolher a melhor entre as diversas instâncias construídas segundo o método de construção. O nível metametodológico é muito importante, pois é neste nível que Morgenthau resolve o problema da construção do realismo político moderno como um termo médio entre o realismo político clássico e o idealismo. Neste nível é que se travam os debates entre as diversas concepções.

#### f) A história

Além da metafísica e da lógica da ciência, temos outro nível cujo uso depende especificamente da concepção em questão: o nível da história. Ele depende da concepção de ciência em questão envolver ou não uma história do assunto que está sendo discutido. Nas obras de Morgenthau, Huntington e Fukuyama<sup>14</sup>, a história desempenha um papel fundamental em suas concepções da política internacional. Não é o caso, por exemplo, da concepção da política internacional de Kenneth Waltz<sup>15</sup>. Portanto, este nível refere-se ao papel que a história assume na concepção da ciência, no caso, da ciência da política internacional. A história pode desempenhar tanto um papel heurístico, ao ajudar a sugerir os componentes da metafísica e da lógica da ciência, quanto um papel na escolha e justificação dos princípios, regularidades, padrões e modelos de dinâmica. Ela pode servir como o meio para construir a base observacional, por exemplo, da ciência da política internacional. Ela pode ainda ser usada para avaliar concepções. Autores como Thomas Kuhn<sup>16</sup>, Laudan e Lakatos fazem da história um componente fundamental de suas concepções teóricas, enquanto outros como Popper, Putnam, Carnap e os de-

mais positivistas lógicos não atribuem a ela nenhum papel relevante em suas concepções de ciência.

Como afirmei anteriormente, a relação entre a metodologia do programa de pesquisa e a Metodologia da Teoria da Ciência é que esta última proporciona uma estrutura mais fina, tanto para o núcleo teórico quanto para a heurística positiva, do que aquela do programa de pesquisa. A Metodologia da Teoria da Ciência pode capturar muito mais detalhes dos elementos do programa do que seria possível apenas com o programa, e com isso ela permite introduzir mais clareza e precisão na composição do programa, permitindo assim identificar diferenças escondidas e confusões, principalmente em situações de controvérsias, como é o caso do programa realista, no qual se deve determinar as diferenças entre realismos, o que exige refinamentos como a distinção entre teoria pura da política e uma política aplicada como a política externa<sup>17</sup>.

### O programa do realismo político

Esta seção é dedicada à reconstrução racional do núcleo teórico geral do programa do realismo político da política internacional. Esse núcleo teórico geral tem por objetivo proporcionar uma estrutura capaz de capturar os fundamentos teóricos de todas as diferentes versões do realismo e, por conseguinte, que se possa aplicar a todos os momentos da história da humanidade, e que permita ainda, quando utilizada num momento histórico específico, entender a relação de poder entre as diferentes unidades políticas componentes do sistema internacional em questão.

### O núcleo teórico: a metafísica política

A reconstrução do núcleo teórico do programa do realismo político pode ser feita de maneira mais organizada e precisa com os recursos mencionados acima, em particular a noção de programa de pesquisa e de Metodologia da Teoria da Ciência. Com esses recursos metodológicos, pode-se construir uma concepção geral do realismo político, o qual forma um quadro teórico essencial para conduzir as análises e avaliações de política internacional.

O primeiro componente do núcleo do programa realista, que denomino nível metafísico, é formado de um conjunto estruturado de proposições classificadas como teses axiológicas, ontológicas e epistemológicas. Entre essas teses estabelece-se ainda uma estrutura hierárquica relacional em que as teses axiológicas especificam os objetivos e definem os valores com os quais o programa está comprometido, e as teses ontológicas e epistemológicas devem estabelecer as restrições e condições segundo as quais esses objetivos devem ser perseguidos. No nível metafísico, começo por identificar os principais fins e valores com os quais o realismo político está comprometido. Esses fins e valores refletem seus compromissos tanto teóricos quanto normativos.

A primeira tese axiológica expressa o objetivo teórico

de construir teorias realistas das relações internacionais objetivando compreender as forças que determinam as relações políticas entre as principais unidades políticas do sistema internacional, assim como os modos pelos quais essas forças atuam nos componentes do sistema internacional<sup>18</sup>. Como segunda tese axiológica, pode-se afirmar que outro dos compromissos realistas é utilizar esse conhecimento da natureza do sistema internacional para elaborar estratégias de ação voltadas para a solução do problema de alcançar e manter a paz e a estabilidade no sistema internacional de maneira duradoura. Trata-se de um compromisso com o objetivo de elaborar políticas aplicadas, como política externa, para resolver problemas

### **Quanto à ontologia, o realismo político está comprometido com as seguintes teses do domínio social: que o mundo social existe e que sua entidade básica é o indivíduo.**

práticos. A busca da solução ou realização desses dois fins é feita dentro das restrições impostas pelos compromissos ontológicos e epistemológicos descritos a seguir.

Quanto à ontologia, o realismo político está comprometido com as seguintes teses do domínio social: que o mundo social existe e que sua entidade básica é o indivíduo. Neste nível presume-se, com esta última tese, a concepção do individualismo ontológico. Temos um individualismo metodológico se considerarmos que essas teses formam apenas um modelo instrumental da sociedade. No entanto, o individualismo ontológico parece representar o realismo moderno e parece ser mais comum entre os realistas políticos. No interior do quadro ontológico do realismo político, pode-se inserir um quadro interno que define a posição do realismo político na política internacional. Neste último quadro, as primeiras teses ontológicas do sistema internacional referem-se à existência de unidades políticas básicas, de seus atributos relevantes e das relações fundamentais entre essas unidades. Essas entidades, atributos e relações são considerados os principais componentes das teorias e de suas explicações dos fenômenos da política internacional.

As teorias assim construídas consideram os eventos globais ou internacionais produtos das ações dessas unidades, de seus atributos e de suas relações. Mas o aspecto singular dessa concepção, que faz dela uma concepção geral do realismo político da política internacional, consiste em afirmar a existência de uma entidade política do sistema internacional. No entanto, o que vêm a ser essas unidades políticas depende das circunstâncias históricas nas quais se manifestam suas características culturais e políticas. Essas unidades podem ser indivíduos, em um estado de natureza como o de Hobbes, no qual temos apenas relações de poder, ou podem ser cidades-Estados, Estados-nação, blocos econômicos, grupos, comunidades, unidades

civilizacionais, etc. Essas unidades políticas são determinadas historicamente e não impostas teoricamente pelos pressupostos do realismo político. Assim, na Grécia antiga as unidades políticas são as cidades-Estados, enquanto na Idade Moderna as unidades políticas são os Estados-nação. A história contemporânea indica, em sua tendência, que as novas unidades políticas podem vir a ser os blocos políticos e econômicos.

Vale mencionar que, nesta concepção da política internacional, a maneira como essas unidades são construídas, a partir dos indivíduos, que formam sua ontologia mais fundamental, depende também de cada uma das concepções em particular, mas em geral elas têm sido consideradas de forma agregada. O problema da agregação dos indivíduos para formar novas unidades, é, até hoje, um problema importante e fundamental das ciências humanas. A segunda tese ontológica é clara na afirmação de que o atributo principal dessas unidades é o interesse expresso como poder. Portanto, para esta concepção, a natureza fundamental da relação entre as entidades é a de uma relação de interesse definida em termos de poder. Não se trata aqui, contudo, como no caso das unidades, de deixar à história o papel de determinar a natureza do atributo das unidades e das relações entre elas. Esse aspecto não depende das circunstâncias históricas, mas é imposto teoricamente. O atributo das unidades políticas é o interesse (definido em termos de poder), que constitui, segundo os realistas políticos, o elemento definidor da esfera da política propriamente dita e que, portanto, transcende as circunstâncias de tempo e lugar. Esse atributo é que distingue a esfera da política das demais esferas, tais como economia ética, religião, etc.<sup>19</sup>. Essa característica da concepção geral do realismo político da política internacional parece estar implícita nesta passagem de Morgenthau:

While the realist indeed believes that interest is the perennial standard by which political action must be judged and directed, the contemporary connection between interest and the national state is a product of history, and is therefore bound to disappear in the course of history. Nothing in the realist position militates against the assumption that the present division of the political world into nation states will be replaced by larger units of a quite different character, more in keeping with the technical potentialities and the moral requirements of the contemporary world<sup>20</sup>.

A passagem caracteriza claramente o que é essencial e o que é devido às circunstâncias históricas, o contingente, para o realismo político. No caso, o elemento essencial que define o realismo político é que a relação entre as unidades é uma relação de interesse, enquanto a pressuposição de que as atuais unidades políticas relevantes do sistema internacional são os Estados é devida a circunstâncias históricas, que poderão ser diferentes em outra época. Esse

aspecto da concepção do realismo político de Morgenthau é freqüentemente não percebido e pode dar origem a muitos problemas de interpretação do realismo.

A terceira tese ontológica que ajuda a compor o quadro da política internacional segundo o realismo político afirma que o poder é multidimensional, portanto; definido por diferentes componentes, tais como geografia, população, capacidade industrial, capacidade militar, cultura, recursos naturais, vontade nacional, moral nacional, etc. Ele seria, para usar uma entidade e terminologia da física, um vetor. Todos esses componentes entram no cálculo do poder. No entanto, cabe às circunstâncias históricas e ao posicionamento teórico específico determinarem quais desses componentes são os relevantes para cada período histórico. Assim, o conteúdo do poder e seu exercício dependem das circunstâncias históricas, mas não o poder enquanto atributo das unidades e das relações entre elas.

Dessa forma, pode-se dizer, resumindo, que a questão de quais são as dimensões relevantes da determinação do poder no sistema internacional depende também das circunstâncias históricas, assim como das instâncias concretas das unidades políticas de poder. Por exemplo, na Grécia antiga as unidades políticas eram as cidades-Estados, e a relação de poder entre elas era determinada principalmente pela dimensão militar do poder, pelo monopólio da força, ainda que as demais dimensões pudessem ter também alguma participação, mas como coadjuvantes, uma vez que a principal forma de aumentar o poder e a riqueza de tais unidades era pela conquista militar de outras unidades. Na Idade Moderna a dimensão predominante na determinação do poder ainda é a dimensão militar, mas com uma participação maior da dimensão ideológica e, particular-

### **O elemento essencial que define o realismo político é que a relação entre as unidades é uma relação de interesse, enquanto a pressuposição de que as atuais unidades políticas relevantes do sistema internacional são os Estados deve-se a circunstâncias históricas, que poderão ser diferentes em outra época.**

mente, a ascensão da dimensão econômica, em decorrência do aumento das relações comerciais entre as unidades políticas. Do mesmo modo, o realismo moderno, ainda que considera que a forma característica de aumentar poder e riqueza da unidade política é a conquista pela guerra fundado em seu poder militar, mais do que nunca depende de sua dimensão econômica, e, vê emergir, a cultura como outra dimensão de poder, como é o caso dos países islâmicos, e os conflitos relacionados com essa dimensão.

A transformação da unidade política de uma unidade predominantemente territorial para uma unidade comercial e econômica é resultado das últimas décadas da política internacional, em particular, depois da Segunda Guerra

Mundial. O caso do Japão e da Alemanha são exemplos paradigmáticos da importância dessa dimensão. Isso pode ser visto através do desenvolvimento do realismo político para compreender o poder político como representado particularmente pela sua dimensão econômica. O aumento impressionante das relações comerciais entre as unidades políticas fez, atualmente, da dimensão econômica o aspecto principal das relações entre as unidades. Nesse sentido, o poder que uma unidade tem de alterar o comportamento e a ação de outras depende, agora, principalmente do seu poder econômico.

A quarta tese ontológica afirma, como princípio social geral e não apenas político, a existência de um estado resultante dessas interações de poder e de interesses opostos e conflitantes entre as unidades políticas que é um estado de equilíbrio de poder<sup>21</sup>. Em relação a essa tese, cabe duas questões importantes. A primeira questão é quanto se esse estado de equilíbrio e de sua estabilidade emerge naturalmente, de modo espontâneo, por cooperação, da interação entre as unidades de poder ou requer um agente externo, como o Estado, para instituí-lo. Em outras palavras, e, de modo mais detalhado, surge o problema de saber se esse estado de equilíbrio emerge como um estado de cooperação espontâneo, ainda que instável, e deve ser estabilizado pela presença de um poder externo (o Estado por exemplo), ou se é gerado desde o início pela presença de um poder externo, Estado, com o método do poder e do monopólio da força, responsável tanto pela instauração quanto pela manutenção de um equilíbrio forçado entre as unidades políticas interagentes na forma de uma federação mundial, como quer Kant e Morgenthau, ou, que esse estado de equilíbrio entre as unidades de poder emerge

espontaneamente e se mantém estável pelo método de equilíbrio do poder entre essas unidades de poder interagentes como querem realistas radicais como Kennan e Huntington. A segunda questão é quanto a natureza política e econômica desse Estado Mundial, no caso de Morgenthau ou do sistema internacional, no caso de Huntington, Uma resposta a essa questão é dada pela

concepção de Francis Fukuyama segundo o qual o modelo político é aquele do Estado Democrático de Direito e o modelo econômico é aquele da economia de mercado. Esse é o significado do que ele entende ser o problema do fim da história que é a história do século XX.

Somando-se a essas teses, que definem o domínio do realismo político, temos o conceito fundamental de interesse, mencionado acima, o qual é introduzido por meio de uma definição. O conceito de interesse é definido em termos de poder. A definição de poder, por sua vez, afirma que ele deve ser entendido como a capacidade por parte de uma unidade política de controlar a ação de outra unidade política no sentido de fazê-la comportar-se conforme os pro-

pósitos daquela que detém maior capacidade de poder<sup>22</sup>. Conseqüentemente, um dos principais compromissos metodológicos dessa concepção é voltado para elaborar meios de avaliar quantitativamente o poder das unidades políticas<sup>23</sup>. Nessa linha, um dos principais trabalhos que se propôs a desenvolver um modelo e metodologia para avaliar quantitativamente o poder das unidades de poder é o de Cline<sup>24</sup>. Esse trabalho pode ser entendido como um claro desdobramento progressivo do programa de pesquisa do realismo político, no qual o pesquisador procura resolver

## **É um pressuposto epistemológico que os princípios reguladores das ações das unidades do sistema internacional são obtidos a partir de outros mais básicos sobre as relações de poder inerentes à natureza do indivíduo.**

alguns dos problemas deixados em aberto pelo programa<sup>25</sup>. Uma aplicação dessa metodologia para avaliar a relação de poder político entre duas unidades de poder foi feita por Leonel de Mello<sup>26</sup> no contexto da distribuição de poder no Cone Sul entre Brasil e Argentina.

No que diz respeito aos princípios reguladores das ações dessas unidades, todos eles formulados em termos de poder, é um pressuposto epistemológico que esses princípios são obtidos a partir de outros mais básicos sobre as relações de poder inerentes à natureza do indivíduo<sup>27</sup>. Na seqüência das considerações realistas sobre a natureza do conhecimento encontra-se a crença, formulada em termos de teses epistemológicas, segundo a qual as leis ou princípios da política são leis objetivas que determinam o comportamento do indivíduo. Além disso, existe a crença de que, no agregado, o comportamento dos agrupamentos de indivíduos é regido pelas mesmas leis.

Para os realistas políticos, todos os agregados de indivíduos, como, por exemplo, o Estado-nação, são entidades abstratas que não existem como objetos empíricos. Nesses termos, o realismo, até o mais recente, com exceção do neo-realismo, tem partilhado de uma concepção reducionista do conhecimento. O neo-realismo não é reducionista, no sentido que sua ontologia identifica a estrutura e não o indivíduo ou outra unidade de poder, como a entidade real do sistema internacional.

No que diz respeito ao conhecimento dessas leis do comportamento das unidades de poder, o realismo partilha da crença epistemológica segundo a qual a teoria política, como a teoria da política internacional, deve ser uma teoria racional e científica, e, portanto, como quer Morgenthau, sob controle da razão e da experiência. Dessa forma, afirma-se que o conhecimento dos princípios que governam as relações de poder entre essas unidades deve ser formulado em termos de sistemas teóricos que devem ser avaliados e julgados por sua coerência e adequação em-

pírica<sup>28</sup>.

Finalmente, deve-se apontar que o realismo político, na medida em que está comprometido com a idéia da relação entre a teoria pura e a teoria aplicada, a qual requer o compromisso com a idéia da teoria da política internacional como uma teoria racional e científica das leis do mundo político, requer que o conhecimento dessas leis seja expresso, em última instância, pelas características e resultados de um cálculo do poder, para permitir sua manipulação e operacionalização numa política aplicada ou prática.

Segue-se que esses compromissos ontológicos e epistemológicos do realismo exigem uma metodologia que deve referir-se a esses aspectos e objetivos do conhecimento político.

Esses elementos formam o núcleo básico da concepção geral do realismo político. No entanto, é importante lembrar que sua característica predominante consiste em afirmar que o atributo principal das unidades políticas e das relações entre essas unidades é o interesse definido em termos de poder. Além disso, é preciso ressaltar que a natureza das relações políticas entre as unidades políticas é a de uma relação de interesse expressa como poder, que esse poder tem múltiplas dimensões e que essa relação é considerada, em última instância, uma relação que pertence à natureza do indivíduo. Não se trata, então, de dizer que a natureza do atributo principal das unidades políticas e da relação entre essas unidades, e em particular entre os indivíduos, é uma questão de determinação histórica, cultural e política, mas sim um pressuposto teórico que transcende as circunstâncias históricas e encontra-se na própria natureza do indivíduo. Trata-se, para usar uma linguagem kantiana, de um *a priori* dessa concepção.

Assim, a natureza das relações entre as unidades políticas, por reduzirem-se, em última instância, a relações de poder entre indivíduos, é um pressuposto que transcende as determinações históricas e empíricas e constitui a própria definição do realismo político. Não se pode deixar de mencionar que a base teórica do realismo político assenta-se numa visão pessimista da natureza humana. Conseqüentemente, constitui seu grande problema e desafio mostrar como a paz e a cooperação são possíveis entre essas unidades. Todavia, diferentemente da natureza da relação entre os indivíduos, o cálculo do poder depende das dimensões relevantes deste último, que é determinado pelas circunstâncias históricas, uma vez que são elas que determinam os fatores a serem considerados no poder e suas especificações.

De modo sintético, segundo o realismo, o principal fim, o fim supremo de uma concepção da política internacional, um fim que, pode-se dizer, tem também um caráter transcendente, é elaborar os meios para resolver o problema da guerra e de como buscar, alcançar e manter a paz de maneira duradoura. Esse fim deve ser perseguido

e submetido a certas restrições e condições ontológicas e epistemológicas que incidem sobre as unidades políticas e as relações de poder entre elas. A questão de como esse fim é realizável vai depender, ainda, de uma série de outros compromissos acerca dos valores que dependem das interpretações particulares do realismo político.

No nível da lógica da ciência, a exigência metodológica principal é satisfazer o compromisso de fazer da política (em particular a política internacional) uma teoria racional e científica. Nesse ponto destaca-se o compromisso de proporcionar os meios para formalizar e mensurar o conceito de interesse representado em termos de poder, considerado por muitos como o conceito demarcatório do domínio da política. Com essa perspectiva de elaborar teorias e quantificar os conceitos, procura-se construir modelos e teorias para proporcionar explicações científicas dos fenômenos políticos, em particular dos fenômenos políticos internacionais e globais, sempre a partir das unidades políticas básicas e das relações de poder entre elas. Outra exigência metodológica é que – e isso todos parecem aceitar – a ação dos indivíduos deve estar submetida ao princípio da racionalidade ou da otimização, isto é, o *homo politicus* é um *homo rationalis*. Assim, os indivíduos e as entidades políticas, constituídas em última instância de indivíduos, agem no sentido de otimizar seus propósitos de poder.

Assim, o pressuposto ontológico da teoria realista é que a entidade política é o indivíduo como agente racional e auto interessado. Todas as demais entidades são artificiais e explicadas como construções dos indivíduos como racionais. A configuração, a distribuição do poder e o arranjo institucional do sistema internacional são considerados um resultado dessas relações e das ações de poder entre as unidades políticas do sistema que em última instância são relações de poder entre indivíduos racionais e auto-interessados.

As diversas concepções de realismo, ou instâncias históricas da concepção realista – nas quais está definido qual é a unidade política fundamental, a natureza da relação de poder entre as unidades, suas dimensões relevantes, os valores, os fins, o método de construção e de escolha de teorias –, damos o nome de modalidades ou modelos da teoria do realismo político geral. Portanto, o próximo objetivo é descrever o realismo clássico, a primeira de uma série de teorias realistas que formam o programa realista.

### **O programa do realismo político: a teoria realista clássica**

O ponto de partida para a implementação da análise do programa realista é a identificação da primeira teoria realista do programa. Nesse aspecto, sigo o consenso da literatura sobre as teorias da política internacional, que aponta como primeiro realista político Tucídides<sup>29</sup> e, em seguida, Maquiavel<sup>30</sup> e Hobbes<sup>31</sup>. Contudo, meu objetivo ao reconstruir o programa realista está voltado mais para as teorias contemporâneas, portanto não pretendo, por en-

quanto, ir até Tucídides. Elejo, de maneira convencional e metodológica, Maquiavel e Hobbes como os formuladores das primeiras teorias realistas da política. Postulo que esses autores constroem as primeiras teorias realistas da política com amplas aplicações na política internacional pelo fato de partilharem dos compromissos teóricos do núcleo teórico do programa realista descritos acima e por terem estabelecido o que se considera os elementos básicos sobre os quais assenta o programa realista moderno da política internacional. Presume-se também que Maquiavel e Hobbes propõem uma teoria realista que constitui o que se pode chamar o programa realista clássico da política internacional.

O primeiro elemento realista que podemos apontar é que tanto Hobbes quanto Maquiavel partilham do princípio fundamental do núcleo teórico do realismo, o qual afirma que a característica principal da unidade política básica do reino político é o interesse definido em termos de poder. Com essa pressuposição, as relações entre as unidades políticas ficam definidas fundamentalmente como relações de poder. No que diz respeito à posição desses autores quanto à unidade política básica do sistema internacional, ambos afirmam tratar-se do Estado-nação. Para eles, o Estado-nação é a unidade política fundamental do sistema internacional, e sua característica principal é o interesse ou o poder. Logo, todas as relações políticas entre as unidades políticas são relações de poder. Quanto às dimensões do poder, pode-se afirmar que ambos os autores parecem entender que o poder manifesta sua natureza pelo exercício da força e violência. Eles dão ênfase ao aspecto da segurança, devido ao processo de emergência e consolidação do Estado como uma nova entidade política capaz de prover esse bem para a coletividade, e enfatizam portanto a dimensão militar do poder como o fator relevante na provisão e manutenção da segurança. Contudo, em última instância, a ontologia de ambos autores é dada pelo indivíduo racional e auto-interessado, as demais entidades são construções convencionadas e artificiais.

Uma característica que pressuponho, ao definir o realismo clássico e mostrar sua distinção em relação ao realismo moderno, é que ele ordena em suas escalas de valores a subordinação hierárquica total das questões legais e morais às questões políticas, portanto de poder. Nessa linha, apesar de fazer a distinção entre fato e valor, eles não estabelecem uma distinção clara entre teoria da política pura e política aplicada. A última abriria espaço para combinar elementos da política pura com compromissos morais e legais banidos da primeira. Nesse sentido, a concepção realista clássica da política internacional presume que:

- i) a teoria pura da política tem como objeto a política de poder;
- ii) o poder (quantidade), entendido como o monopólio da força e violência, é o meio para avaliar e estabelecer o equilíbrio do poder e que este é suficiente para

tal fim;

- iii) as questões de poder político nada têm a ver, essencialmente, com valores, e se tiverem eles devem ser completamente submetidos à política (de poder). Nesse caso, a ética e a legalidade são subdomínios da política<sup>32</sup>;
- iv) o estado do sistema internacional é um estado de natureza, portanto, um estado em que prevalecem os interesses opostos e conflitantes. Assim, as relações de interesse e poder são as únicas relações que organizam as relações entre as nações; e
- v) o estado de equilíbrio do sistema internacional assenta-se puramente no método do equilíbrio do poder *per se* como o único meio pelo qual o sistema internacional obtém seu equilíbrio. Esse método é o único pelo qual o sistema internacional e o comportamento das nações devem ser governados.

O modelo hobbesiano<sup>33</sup> da origem da sociedade e sua classe de universalidade é o modelo do estado de natureza composto por indivíduos como suas unidades políticas básicas. Esses indivíduos têm como sua propriedade ou atributo político essencial o interesse definido em termos de poder. Portanto, o modelo resultante do estado de natureza é um conjunto de indivíduos racionais com interesses opostos e conflitantes que se encontram num estado anárquico. Esse modelo deve ser tomado como o modelo representativo para os realistas – em vez do modelo de Rousseau<sup>34</sup>, que constrói os indivíduos no estado de natureza como possuidores de qualidades positivas, capazes de viver naturalmente em harmonia, quando isolados, e são corrompidos no processo de interação que se desenvolve na sociedade civil. Os principais e mais interessantes problemas da teoria política são postos pelo modelo hobbesiano: como é possível explicar, a partir desse modelo do estado de natureza, em que os indivíduos são racionais e auto-interessados, a paz, ou, em outros termos, a sociedade, ou ainda a cooperação<sup>35</sup>. A solução hobbesiana é a da necessidade de um Estado externo à sociedade para tornar possível a paz, a cooperação entre os indivíduos. Para Hobbes, essa paz ou cooperação pode mesmo emergir espontaneamente das relações entre os indivíduos, mas tem pouca chance de durar, ou seja é instável, sem um agente externo responsável pelos recursos da punição pela quebra contratual que é a função atribuída ao Estado.

A paz é naturalmente instável e sua estabilidade e duração dependem do Estado. Essa é a solução hobbesiana que servirá de modelo para muitos autores realistas, entre eles Morgenthau, para a solução do problema da paz duradoura no sistema internacional. Do ponto de vista político, o sistema internacional encontra-se num estado de natureza no qual seus membros foram capazes de estabelecer uma situação de equilíbrio por meio do método do equilíbrio do poder. Morgenthau disputa essa tese do realismo políti-

co e mostra que o equilíbrio do sistema internacional esteve, desde o nascimento do Estado-nação, apoiado na convergência de dois componentes: o método do equilíbrio do poder e um sistema de leis, valores, padrões morais e instituições. Segundo ele, o método do equilíbrio do poder não funciona sem um sistema de padrões morais, valores, leis e instituições. No entanto, Morgenthau vai mais longe e afirma que mesmo esses dois recursos são insuficientes para explicar como alcançar e manter uma paz permanente no sistema internacional. Morgenthau propõe que a solução para a paz duradoura é a solução hobbesiana do Estado como o fiel do equilíbrio do poder, mas em conjunto com as considerações idealistas que sustentam a importância de um sistema de leis, valores e instituições. Contudo, diferentemente dos idealistas, ele rejeita a possibilidade atual e imediata da construção do Estado mundial e da predominância absoluta dos valores universais sobre os interesses do Estado. A solução deve ser buscada numa trajetória histórica que leve em conta as reais ambições e desejos da natureza humana. Essa proposta de Morgenthau é, na minha visão, uma combinação das idéias hobbesianas com as idéias de Kant sobre o desenvolvimento histórico e a teoria da paz perpétua<sup>36</sup>.

## O programa idealista da política

De acordo com Morgenthau, a história do pensamento político moderno desenvolveu-se inicialmente como uma competição entre dois programas: o programa realista clássico e o programa idealista. Como esbocei anteriormente os aspectos centrais do programa realista clássico que interessam diretamente a este artigo sobre o realismo político moderno, resta agora tecer algumas considerações acerca da concepção idealista da política, a qual também teve amplas aplicações na política internacional e, em particular, gerou quase toda a tecnologia e engenharia social que elaborou e construiu a ordem institucional do sistema internacional entre as duas grandes guerras. No que diz respeito aos principais traços dessa concepção, Morgenthau afirma que, segundo o idealismo:

a rational and moral political order, derived from universally valid abstract principles, can be achieved here and now. It assumes the essential goodness and infinite malleability of human nature, and blames the failure of the social order to measure up to the rational standards on lack of knowledge and understanding, obsolescent social institutions, or the depravity of certain isolated individuals or groups. It trusts in education, reform, and the sporadic use of force to remedy these defects<sup>37</sup>.

Decompondo essa afirmação num conjunto de teses, podemos agrupá-las, sem nos preocuparmos em hierarquizá-las, em torno das seguintes:

- i) a ordem política e racional é derivada de princípios abstratos universalmente válidos;

- ii) esta ordem política e racional pode ser alcançada aqui e agora;
- iii) a ontologia política tem o indivíduo como seu fundamento;
- iv) o indivíduo está de posse de uma bondade essencial que o define em sua relação com os demais indivíduos;
- v) a natureza humana é infinitamente maleável;
- vi) o fracasso da ordem social em ajustar-se aos padrões racionais é devido à falta de conhecimento e entendimento e à obsolescência das instituições sociais, ou à distorção de certos indivíduos ou grupos isolados; e
- vii) a educação, a reforma e o uso esporádico da força são os meios para remediar os defeitos e distorções da ordem social e instaurar uma ordem política e racional para a realização do indivíduo e suas virtudes da solidariedade.

Tais proposições que são fundamentais do idealismo podem, como no realismo, compor um sistema teórico mais organizado e consistente. No entanto, ainda que mesmo nessa forma embrionário e não elaborada ordenadamente elas servem ao nosso propósito imediato e direto de contrastá-lo com o realismo clássico e moderno

## **O programa do realismo político: a teoria realista moderna de Morgenthau**

### **Introdução**

Uma vez estabelecidas as características principais desses dois programas da política clássica, o realismo e o idealismo, o passo seguinte é reconstruir, racionalmente, a proposta do programa do realismo moderno, centrando a

## **O pressuposto ontológico da teoria realista é que a entidade política é o indivíduo como agente racional e auto interessado. Todas as demais entidades são artificiais e explicadas como construções dos indivíduos como racionais.**

discussão na teoria de Morgenthau. Ele forma, juntamente com Kennan<sup>38</sup> e Carr<sup>39</sup>, o quadro teórico básico para análises posteriores dos outros realistas modernos, como, por exemplo, Raymond Aron<sup>40</sup>. Minha preocupação básica nesta reconstrução racional é discutir o que penso ser suas teses sobre essa concepção, e examinar o caráter progressivo desse programa realista relativamente aos objetivos de buscar uma paz permanente. A tese de que o programa do realismo político é progressivo pode ser elaborada sustentando que o realismo moderno de Morgenthau representa um progresso intelectual em relação àquele de Hobbes tan-

to no que diz respeito à compreensão mais detalhada do que consiste a natureza do sistema internacional, à sua capacidade de explicar os fenômenos relativos à política internacional, à aplicação do método do equilíbrio do poder, à sua capacidade de construção de mecanismos institucionais como as organizações internacionais no quadro desse método, e, neste contexto resolver os problemas associados ao equilíbrio e estabilidade da ordem internacional, em particular ao problema da busca e construção de uma paz duradoura. Pressupõe-se que a estrutura da concepção do realismo político moderno que está sendo reconstruída tenha a conformação de um modelo de escolha racional para decidir sobre as ações e estratégia a serem implementadas para a realização dos fins estabelecidos pela axiologia e sob as restrições estabelecidas pelas teses ontológicas e epistemológicas. Neste aspecto é que entendemos a pretensão que Morgenthau tem de construir uma teoria racional da política internacional. A metodologia consiste nos meios e procedimentos para a construção de modelos, segundo a ótica da metafísica da política de poder de Morgenthau, a partir dos quais se avaliam as estratégias e ações ótimas para a realização dos fins estabelecidos.

A tese defendida aqui afirma ser um princípio regulador importante do programa realista moderno a exigência da construção de uma concepção de política internacional que seja um termo médio entre o realismo e o idealismo clássicos e que se mostre a mais adequada, em termos de recursos, para realizar o fim supremo, um princípio regulador metateórico prático, o qual declara a necessidade de se resolver o problema prático de buscar, alcançar e preservar a ordem e a paz no sistema internacional, a paz perpétua como diria Kant..

A exigência de uma concepção que seja um meio-termo entre a idealista e a realista clássica significa que Morgenthau, por um lado, reconhece o papel e a importância básica dos valores e das questões éticas na análise das relações de poder entre as entidades do sistema internacional, e principalmente com respeito ao projeto da paz duradoura universal, mas, por outro lado, entende que a solução duradoura desse problema só pode ser encontrada se for feito um estudo, que se pretende científico, das verdadeiras forças que determinam as relações políticas entre as nações e o modo como elas operam. Ele também afirma que a avaliação da política aplicada voltada para a solução desse problema deve se dar segundo cânones racionais e científicos.

Portanto, se, pelo reconhecimento da necessidade de valores e propósitos morais na busca dessa solução, ele se afasta dos realistas clássicos, por outro lado ele se separa dos idealistas na medida em que requer uma teoria racional e científica do fenômeno político e, portanto, da natureza humana, teoria por meio da qual se estudam as forças subjacentes ao fenômeno político – fundamentais para

atingir o fim proposto – e seu modo de operação. Nessa perspectiva, a teoria pura ou científica deve mostrar que, em lugar de crenças abstratas na bondade humana, que se traduzem numa crença otimista na natureza humana, prevalece a crença que indivíduos têm interesses opostos e conflitantes. Ou seja, substitui-se uma crença otimista e ideal da natureza humana por uma crença realista, próxima de nossas experiências políticas e sociais. Essa é a

## Os principais problemas da teoria política são postos pelo modelo hobbesiano: como é possível explicar, a partir desse modelo do estado de natureza, em que os indivíduos são racionais e auto-interessados, a paz, ou, em outros termos, a cooperação?

condição para buscar a paz de maneira realista. Segundo Morgenthau, os valores e propósitos dos objetivos da política aplicada de poder (a política internacional, ou seja, a política externa) deverão ser avaliados racional e cientificamente. Mas, como alertei anteriormente, a realização em cascata dessas teses requer uma tese intermediária que afirma a demarcação entre a teoria pura da política e a política prática (política externa).

A concepção realista de Morgenthau pode ser considerada um modelo, ou mesmo uma instância teórica, da concepção geral do realismo político. Morgenthau está consciente desse aspecto quando afirma que as entidades Estados-nação são determinadas pelas circunstâncias históricas. Como salientei anteriormente, Morgenthau entende que não é essa particularidade da unidade política, de ser esta ou aquela entidade, que determina a natureza do realismo político, mas a tese que afirma que a relação entre as unidades políticas é uma relação de poder, de conflito de interesses. Nesta reconstrução do programa realista, aponto o realismo de Morgenthau como a segunda da série das teorias realistas, após a teoria realista clássica<sup>41</sup>. Essa ordenação e número de teorias são assumidos apenas provisoriamente com o objetivo de tornar a discussão mais compacta e manejável. Ainda assim, eu trato a concepção de Morgenthau praticamente como a primeira da série, uma vez que apenas esboço alguns elementos do realismo clássico suficientes para indicar que o realismo moderno representa um progresso em relação a ele por tentar elaborar uma solução mais completa para o problema da paz duradoura no sistema internacional, da qual, como diz Kant, depende a paz duradoura doméstica do Estado-nação. Nesse sentido, a solução hobbesiana da paz pelo Estado está condicionada à paz duradoura no sistema formado de nações. É aqui que o realismo político concentra suas forças. Assim, esta reconstrução não corresponde rigorosamente ao desenvolvimento histórico da concepção realista, mas apenas a uma parcela dela. Contudo, nosso

programa pretende dar conta de todas as outras teorias envolvidas nele<sup>42</sup>.

De maneira genérica, adianto que, na concepção realista de Morgenthau, as entidades particulares são os Estados-nação e as dimensões fundamentais do poder, dependentes das circunstâncias históricas, são modernamente, por exemplo, o poderio militar, a população, a geografia, a capacidade industrial, a vontade nacional e a moral nacional. A dimensão ideológica conta também como outra dimensão fundamental do poder. O principal fim da concepção da política internacional de Morgenthau é proporcionar os meios para resolver o problema da guerra assegurando uma paz duradoura. De acordo com ele, a teoria da política internacional deve descrever como funciona o sistema internacional e, ainda que deva comprometer-se com valores e propósitos morais, acima de tudo ela deve ser construída e avaliada por cânones racionais e científicos.

Sua teoria da política internacional, por exemplo, descreve a real natureza das forças e o modo como elas operam no sistema internacional e, ainda assim, está comprometida com um certo conjunto de valores e propósitos morais tais como, por exemplo, que as leis, a moralidade e as instituições são componentes essenciais para ajudar a resolver o problema da guerra e atingir uma paz duradoura. Nesse sentido, para Morgenthau, a teoria da política internacional, como política externa, deve não só descrever o mundo político, mas também fornecer regras e normas para a solução de problemas práticos referentes à ordem internacional. Não se pode deixar de mencionar aqui que Morgenthau parece confundir teoria pura da política com política aplicada. Na verdade, a política externa seria uma política aplicada, mas não teoria pura da política internacional.

Na concepção de Morgenthau, a teoria da política internacional, como política externa, deve ser capaz de coordenar os esforços no sentido de conduzir o sistema internacional na direção de um arranjo institucional apto a proporcionar a configuração de um Estado mundial. Podem ser encontradas outras versões algo distante dessa concepção, como a de Fukuyama sobre o Estado único, com a especificidade de que esse Estado único supõe ainda uma outra característica particular, o sistema da democracia liberal<sup>43</sup>. Outro modelo dessa concepção realista é o que descreve os mesmos componentes acima, mas adiciona que a configuração do equilíbrio do sistema internacional depende da hegemonia de alguns países, mas em geral de um só, responsáveis por essa configuração. Os defensores dessa concepção partilham da teoria da estabilidade hegemônica<sup>44</sup>.

Antes de passar à reconstrução do programa realista propriamente dito, vale a advertência de que E.H. Carr ela-



borou, em bases bastante semelhantes às de Morgenthau, os elementos fundamentais do realismo político moderno<sup>45</sup>. Contudo, em face do volume de informações envolvendo ambos os autores, optei por levar a cabo esta tarefa concentrando-me inicialmente apenas na concepção de Morgenthau e, ainda assim, trabalhando somente sua obra fundamental, *Politics among Nations*<sup>46</sup>. Essa obra contém os elementos mais básicos que definem o programa de pesquisa e, além disso, proporciona ilustrações e aplicações dos mesmos capazes de proporcionar soluções de problemas, dar explicações dos fenômenos e conflitos internacionais, e principalmente servir como princípios para regular e construir formulações de política externa. Mas a função e o objetivo primordial do programa realista moderno é o estudo da natureza do fenômeno político no sentido de sua aplicação para resolver o mais importante dos problemas da política internacional: como a ordem internacional e a paz são possíveis de maneira duradoura. Tal objetivo funciona como um princípio regulador da construção da concepção realista moderna de Morgenthau. Desta forma fica implícito que entre o realismo clássico de Hobbes e aquele, moderno, de Morgenthau há muitas outras possibilidades de concepção realistas, entre elas a de Carr, que podem ter contribuído para a transformação do realismo clássico de Hobbes no realismo moderno de Morgenthau defendido aqui

### O núcleo teórico: a metafísica social e política

Nesta discussão acerca do núcleo teórico do programa do realismo político, procuro tanto identificar seus pressupostos axiológicos, epistemológicos e ontológicos, quanto reconstruir sua teoria pura da política internacio-

## Morgenthau mostra que o equilíbrio do sistema internacional esteve, desde o nascimento do Estado-nação, apoiado na convergência de dois componentes: o método do equilíbrio do poder e um sistema de leis, valores, padrões morais e instituições.

nal, o que significa reconstruir a base teórica dessa concepção por meio da delimitação de seus conceitos e definições fundamentais, assim como de suas proposições, não demonstradas, sobre os eventos políticos, que denomino princípios, leis básicas ou hipóteses sobre o mundo político. Morgenthau não é claro sobre esses elementos, parecendo mesmo presumir que eles são, ao contrário, os fundamentos da política aplicada ou política externa. Sem ter a preocupação de fazer uma distinção entre a teoria política internacional e a política externa, vou me concentrar sobre o conjunto dos pressupostos epistemológicos, axiológicos e ontológicos do programa, que chamo de metafísica do programa realista moderno, que consiste em uma

metafísica política do realismo moderno. Como já apontei, o primeiro nível deste núcleo metafísico é o da axiologia, comprometido com os valores e fins do programa.

### Axiologia

Como afirmei acima, a axiologia refere-se ao domínio das proposições sobre os fins que o programa considera apropriados para serem alcançados e realizados, e sobre os valores com os quais o programa está comprometido e que devem sempre ser considerados como restrições à busca e realização dos fins. A exigência de clareza sobre os componentes do programa requer a introdução, ainda neste nível da axiologia, de uma estrutura um pouco mais fina, que permite dar conta das diferenças sutis, mas importantes para a construção e avaliação das teorias e modelos. Com esse propósito, adoto uma classificação na qual separo as considerações e os aspectos axiológicos do programa de pesquisa em dois tipos de teses axiológicas: as que expressam os fins que o programa se propõe a realizar e as que expressam os valores com os quais o programa está comprometido – ou seja, uma axiologia dos fins e uma axiologia dos valores.

Além disso, é preciso observar que a axiologia dos fins pode ser subdividida em dois tipos: os de ordem positiva ou teórica e os de ordem prática ou normativa. Essa divisão deve mostrar-se útil tanto para capturar essas duas dimensões, fortemente interligadas em ciências humanas, quanto para definir, construir e avaliar as teorias do programa, uma vez que elas combinam valores com fatos na solução dos problemas práticos. A aceitação da relevância e da riqueza metodológica dessa divisão pode ser expressa pela

divisão das teses axiológicas em dois tipos: teses axiológicas positivas e teses axiológicas normativas/práticas. Outro elemento importante desse sistema de teses axiológicas é que algumas delas se destacam por sua função de princípios coordenadores da construção do sistema teórico. Em relação a elas, todas as demais são escolhidas para serem operacionalizadas. Chamo essas teses de teses axiológicas supremas. Feitas essas observações sobre a

estrutura interna das teses axiológicas e a hierarquia entre elas, posso começar por definir a tese axiológica suprema, que desempenha o papel de idéia reguladora do programa.

A tese axiológica suprema afirma o propósito fundamental do programa do realismo político moderno. Segundo ela, a construção da concepção realista moderna deve estar voltada para o objetivo de ajudar a resolver o problema da paz duradoura. Essa tese exprime a idéia de que existe um problema fundamental para a teoria política, o da paz no nível internacional. A teoria política tem analisado e sido bem-sucedida em sua contribuição para a solução desse problema. Contudo, o sucesso de sua elaboração teórica e suas implicações práticas tem sido limitado ao

nível de escalas pequenas ou médias como, por exemplo, as cidades-Estados, e principalmente os Estados-nação. Grande parte da teoria política tem sido dedicada ao estudo do problema de como a paz é possível.

A solução predominante é aquela mediada pela presença de um agente externo ao grupo de indivíduos: o Estado e o governo. A teoria política, com a análise do governo e do Estado, tem proporcionado também, como parte dessa mesma solução, um conhecimento e uma tecnologia bastante detalhados tanto dos vários modelos – monarquia,

### **A tese axiológica suprema afirma o propósito fundamental do programa do realismo político moderno. Segundo ela, a construção da concepção realista moderna deve estar voltada para o objetivo de ajudar a resolver o problema da paz duradoura.**

democracia, aristocracia e ditadura – pelos quais uma comunidade de indivíduos pode gozar de paz interna duradoura, quanto dos meios de avaliar esses diversos modelos e escolher entre eles. Há um maior consenso, agora, de que o Estado com o modelo da democracia liberal é o menos ruim entre todas as soluções conhecidas quando se trata de garantir uma paz duradoura, sujeita à preservação de certos valores como liberdade e bem-estar social. Mas esse problema, para o sistema internacional, não tinha ainda constituído um programa de pesquisa satisfatoriamente articulado no mesmo sentido do anterior. Para muitos, o estado natural entre as nações parece ser, em princípio, o estado de anarquia ou de guerra como pressupõe Hobbes ocorrer entre os indivíduos no estado de natureza. Colocado de outro modo, o estado atual da relações entre as unidades de poder, considerada como sendo o Estado nação, é o estado de natureza de Hobbes, cuja interação entre essas unidades é aquela de poder.

A solução natural para organizar o estado de natureza entre os Estados-nação, como pensam os realistas clássicos, é o mecanismo do equilíbrio do poder. No entanto, de outro ponto de vista, o problema pode ser considerado não resolvido porque não apresenta solução, proposta por Hobbes, semelhante à do problema doméstico, isto é, a existência de um Estado capaz de ter o controle do poder com a imposição de um ordenamento jurídico com coerção pelo estabelece um regime de coexistência e cooperação pacífica entre seus componentes. De modo prático, aponta-se como prova dessa ausência de solução a ocorrência sistemática de guerras visando resolver as disputas entre os membros do sistema. De modo teórico, ainda que haja muitas propostas, não há consenso de qual seria a melhor. E isso ocorre mesmo entre os realistas, uma vez que a paz do sistema internacional, para muitos deles, é o resultado da aplicação do mecanismo de equilíbrio do poder na tradição do realismo clássico, e a guerra aparece como um

instrumento natural de restauração do equilíbrio.

Nesse sentido, as guerras não são provas de solução do problema, mas técnicas ou recursos do modelo de equilíbrio do poder para manter o sistema em equilíbrio e, portanto, em paz. Não é por outra razão que o principal fim das teorias da política internacional ainda é o de resolver o problema da paz duradoura entre as nações. Com mais razão, esse é o principal problema para as teorias emergentes da política internacional, como a de Morgenthau. Não é por outro motivo que a solução doméstica, pelo recurso ao Estado, fornece um paradigma para o caso internacional, tanto para Kant<sup>47</sup> como para Morgenthau. Esse problema fundamental da teoria da política internacional para o realismo em geral deve constituir também a primeira tese axiológica do realismo político de Morgenthau. A divisão anterior entre normas e fatos permite identificar que essa tese suprema é uma tese axiológica de fins no domínio

normativo, pois ela reflete um propósito prático e moral que é a decisão pela paz duradoura. Essa tese descreve o problema fundamental que deve ser resolvido a partir da construção de um quadro teórico que forma uma concepção da política internacional, no caso, a concepção realista moderna da política internacional.

A construção dessa concepção realista moderna é realizada sob a orientação de evitar os erros das propostas anteriores, a realista clássica e a idealista, tanto acerca da natureza do fenômeno político quanto acerca dos componentes de uma concepção política. Tais erros contribuíram para fazer dessas propostas para resolver o problema da paz um fracasso. Este último foi, como quase sempre ocorre, representado em termos concretos pelas guerras que se seguiram à predominância dessas concepções na organização do sistema internacional. As guerras sucederam à aplicação dessas políticas.

Do ponto de vista teórico, o erro do idealismo está em que sua concepção e abordagem da natureza humana e dos fenômenos políticos são feitas a partir de pressupostos e princípios abstratos e morais assumidos como válidos universalmente por satisfazerem ao critério de razão, mas sem serem submetidos ao critério da experiência. Sua concepção resulta de considerações puramente subjetivas e de compromissos com crenças especulativas acerca da natureza humana, dos grupos e das relações entre eles. Uma ilustração é a crença na bondade essencial e na maleabilidade infinita da natureza humana<sup>48</sup>, expressa, por exemplo, nos modelos do estado de natureza de Rousseau<sup>49</sup> e de Locke<sup>50</sup>, com sua idéia da harmonia de interesses. Por sua vez, o erro dos realistas clássicos foi não ter percebido a distinção, no domínio da política, entre uma teoria pura da política e uma política aplicada. Nesse domínio tem-se uma visão interdisciplinar dos problemas, e neles os elementos morais e normativos desempenham papel fundamental, mesmo se estiverem subordinados aos políticos.

Para Morgenthau, os elementos morais e práticos não podem faltar na elaboração das políticas aplicadas, como nas políticas externas, nas quais, por exemplo, o interesse nacional é um dos núcleos, ainda que regulado pelos objetivos e elementos políticos. Em particular, para Morgenthau a realização do objetivo supremo, o de resolver o problema da paz (objetivo político normativo), requer inicialmente a construção de uma concepção realista da política que, no entanto, seja um termo médio entre o idealismo e o realismo clássico. Essa tese, que caracteriza a natureza da concepção realista de Morgenthau, exprime a idéia, importante para diferenciar Morgenthau de outros realistas, de que valores e elementos morais são importantes em política internacional, embora sujeitos aos elementos da política.

Por sua vez, essa tese do caminho médio depende, para sua realização, de outra tese essencial ligada à reconstrução racional da concepção de Morgenthau, ainda que não explicitamente defendida por ele mesmo e que está ligada à interpretação que fazemos de ser a teoria da política internacional elemento importante na formulação de políticas externas, entendida aqui como política internacional aplicada. Essa nova tese enuncia, portanto, a exigência de uma demarcação entre a teoria pura da política (internacional) e a teoria da política aplicada pura, no caso, a teoria da política externa. Proponho para essa demarcação a justificativa de que a preocupação de Morgenthau é fazer da política

### **Morgenthau tenta resolver por uma síntese original, entre uma teoria pura da política e uma política aplicada comprometida com valores, propósitos morais e práticos, o problema permanente da política que é a questão da paz duradoura.**

externa uma política aplicada pura. Isso significa que, em termos metodológicos, ele aceitaria implicitamente essa demarcação e a aplicaria para fazer da política externa, que combina elementos normativos com positivos, uma política aplicada pura.

Segundo a concepção realista, a política externa, como política internacional, para ser bem-sucedida em seu propósito de resolver o fim supremo deve assentar-se primeiro sobre uma distinção, depois sobre uma combinação entre, por um lado, os elementos normativos (como valores, princípios morais e éticos e interesses nacionais) e, por outro lado, os fatos e elementos positivos do domínio da política pura (como as unidades políticas, a natureza das relações entre elas, os princípios que regulam o comportamento dessas unidades, etc.). Sobre isso, Morgenthau afirma claramente, logo no início de sua obra, que o realismo político contém essas duas dimensões mencionadas, e admite uma demarcação entre elas:

political realism contains not only a theoretical but also a normative element<sup>51</sup>.

Com tal combinação, a política externa, enquanto política internacional, do realismo político moderno programa a estratégia para evitar os erros do realismo clássico, limitado pela crença na suficiência do mecanismo de equilíbrio do poder para dar conta do problema da paz duradoura no sistema internacional. A tese de Morgenthau é que a aplicação e funcionamento adequado do mecanismo de equilíbrio do poder para alcançar a paz e torná-la duradoura requer, para além dele, um sistema de moralidade, leis internacionais e costumes, em cujo contexto esse mecanismo possa ser operado com sucesso. Nessa linha, o realismo político moderno deve reconhecer que a dimensão do interesse nacional envolvido na elaboração de políticas externas deve ir além dos fatos e conter valores, normas e princípios. Por outro lado, a política externa, apesar de assumir essas condições relacionadas ao interesse nacional e ao mecanismo do equilíbrio do poder e de conter valores, elementos morais e éticos, deve ser avaliada por cânones racionais e científicos, característicos de teorias puras ou científicas. Essa estratégia de avaliação científica da política externa permitiria evitar os erros de uma política externa idealista sem qualquer vínculo com as condições reais dos fenômenos políticos, como as que vigoraram no passado.

Aprofundando-me ainda mais na elaboração de uma alternativa teórica entre o idealismo e o realismo clássico, vejo, entre as condições gerais requeridas pelo realismo moderno para resolver o problema da paz, a necessidade de uma investigação científica da natureza humana, das associações humanas e da natureza das relações entre elas. Essa exigência realista tem por objetivo evitar e neutralizar os erros decorrentes do subjetivismo e da especulação dos idealistas, que estava assentada sobre uma visão idealizada, otimista e mesmo romantizada do indivíduo, dos grupos e das relações entre eles. No entanto, se, por um lado, o realismo político de Morgenthau tem na investigação científica os meios de evitar os erros dos idealistas, por outro lado, ele a considera insuficiente, uma vez que a operacionalidade do método de equilíbrio do poder como mecanismo utilizado para garantir a estabilidade do sistema internacional não pode prescindir de um sistema de valores, de princípios morais e éticos.

Portanto, a aplicação do mecanismo não pode prescindir de elementos do nível prático-normativo, além daqueles meramente factuais. Esse aspecto ficará ainda mais claro adiante, quando detalharmos essa tese de Morgenthau segundo a qual o método do equilíbrio do poder não é suficiente, por si só, para proporcionar estabilidade para o sistema internacional. Assim, a posição que procuro defender é que Morgenthau tenta resolver por uma síntese original, entre uma teoria pura da política e uma política aplicada que tenha compromissos com valores, propósitos morais e práticos, esse problema permanente da política que é a questão da paz duradoura. O resultado dessa síntese é uma

concepção de política internacional entendida como uma teoria aplicada pura, que deve ser a política externa. E isso significa uma teoria aplicada, no caso, a política externa, que deve ter sua construção e avaliação conduzida por cânones racionais e científicos. Nesse aspecto, trata-se de um projeto de inspiração hobbesiana-kantiana aplicado à política internacional<sup>52</sup>.

Tal divisão metodológica, relacionada com a investigação em política internacional, reflete a natureza imanente dos aspectos prático e teórico das ciências humanas. E para Morgenthau a abordagem correta dos problemas da política internacional requer que o domínio da política combine esses dois elementos na construção de suas teorias, modelos e explicações para os fenômenos políticos e nas políticas de ação resultantes deles. Com essa dicotomia, torna-se claro que o programa do realismo político de Morgenthau não está voltado apenas para estruturar e explicar o fenômeno político, mas também para resolver problemas políticos de ordem prática. As soluções dos problemas se dão por intermédio de políticas de ação implicadas pelo pro-

### **O programa do realismo político de Morgenthau não está voltado apenas para estruturar e explicar o fenômeno político, mas também para resolver problemas políticos de ordem prática.**

grama. Assim, para o realismo político, a solução de problemas por meio de políticas aplicadas depende de teorias que definam e caracterizem o objeto, a natureza e a estrutura desse fenômeno, assim como proporcionem os meios para construir os modelos e as explicações relacionadas com esses problemas.

Por conseguinte, o problema da paz não deve ser encarado apenas como um problema de ordem prática que pode ser resolvido por políticas aplicadas sem a orientação e o apoio de teorias, mas também como um problema de ordem teórica. E mais, a correta interpretação das condições desse problema é pré-requisito de uma solução que deve satisfazer os critérios de uma boa política prática: prudência e sucesso. Não há dúvida de que o veículo da solução de problemas da política internacional é a política externa das unidades de poder do sistema internacional. Por essa razão, pode-se conjecturar que Morgenthau procura fazer da política externa uma teoria pura da política aplicada, no caso, uma teoria pura da política externa como política aplicada.

A discussão acima pode ser melhor organizada se for reduzida a algumas seqüências de objetivos que podem ser expressos por teses axiológicas fundamentais. Dessas teses axiológicas, a primeira tem um destaque especial por desempenhar o papel de princípio coordenador das demais, em relação à qual as contribuições delas serão avaliadas. Essa primeira tese axiológica que tem fim normativo é

aquela que exprime o objetivo supremo da concepção realista de Morgenthau. Ela afirma que:

- TAFN1: O objetivo fundamental da reflexão (meta-teórica) realista da política é resolver o problema de como buscar, alcançar e preservar a ordem e a paz no mundo de maneira duradoura<sup>53</sup>.

Essa tese axiológica de fins, estabelecida como a tese suprema e, portanto, como o princípio regulador de toda a concepção, específica que o principal problema a ser resolvido pelo realismo político moderno é o problema prático de como alcançar a paz duradoura. Ela estabelece implicitamente o objetivo de atingir uma paz perpétua, que tem sido caracterizado também como um objetivo idealista, a exemplo do da concepção kantiana<sup>54</sup>. Estabelecido esse fim como o objetivo supremo da reflexão metateórica do realismo, segue-se que ele deve funcionar, do ponto de vista teórico, como princípio regulador que controla todos os esforços tanto teóricos quanto normativos e a partir do qual estes devem ser julgados e avaliados pela contribuição que possam dar à realização desse fim. Assim, essa primeira tese é o principal objetivo normativo da concepção da política internacional.

Contudo, deixando-se a formulação do problema para concentrar-se na questão e sua solução, a primeira coisa a constatar é que há muitas tentativas de solução. Essas tentativas estão contidas, como modelos, nos sistemas de idéias sobre o sistema internacional denominados concepções de política internacional. Independentemente dessas diversas maneiras, uma primeira consideração a ser feita acerca desses modos de abordar a solução é que, para Morgenthau, quaisquer que sejam as propostas de solução e as políticas práticas associadas a elas, todas devem ser elaboradas a partir de quadros teóricos. Estes definem as condições para a elaboração da solução do problema e, além disso, os fins, os recursos, as circunstâncias e as condições segundo as quais as políticas de ação podem ser escolhidas e implementadas para realizar o objetivo proposto. Esses quadros permitem definir claramente as condições sob as quais o problema pode ser abordado e as condições de sua solução teórica e de sua implementação prática. Só então é que as políticas práticas devem ser aplicadas e implementadas com o objetivo de realizar a solução teórica para o problema proposto.

Mais detalhadamente, pode-se dizer que a tentativa de solução desse problema fundamental, para Morgenthau, deve ser feita com base em sistemas teóricos razoavelmente articulados nos quais são identificados conceitos primitivos e derivados, entidades, princípios, leis, regras e métodos de construção de teorias, modelos e explicações, assim como heurísticas ou técnicas de solução de problemas, como caixas de ferramentas para resolver problemas

no interior desses sistemas, e ainda um método de avaliação e escolha das soluções<sup>55</sup>.

Esse sistema teórico e a solução de Morgenthau, que denominarei modelo da convergência, formam o quadro que chamo de concepção realista moderna. Ela é realista por partilhar das características básicas da teoria geral do realismo, mas é uma concepção realista entre outras, ainda que a mais influente. Neste trabalho, identifico-a como a primeira teoria importante, juntamente com aquelas de Carr e de Kennan, da série de concepções realistas. Suas características definem-na como uma concepção realista moderna por adotar o modelo hobbesiano como constituinte da sociedade, o que é considerado um dos núcleos do realismo político. No entanto, ela é complementada pela adoção dos valores, princípios éticos e morais, opinião pública, leis internacionais e conhecimentos tácitos enquanto crenças idealistas, fatores cruciais para tornar possível a busca da paz duradoura no sistema internacional. Outrossim, Morgenthau exige que a estratégia realista evite os erros decorrentes das especulações abstratas da concepção idealista. Uma das principais estratégias realistas de solução de problemas políticos é que a natureza, o objeto e a estrutura do mundo político – isto é, os indivíduos, os agrupamentos de indivíduos, entre eles o Estado, e as relações entre eles – sejam submetidos à investigação racional e científica.

Essa estratégia de investigar de maneira racional e científica as entidades políticas básicas, a natureza e a estrutura das relações entre elas, é uma das partes principais da abordagem realista moderna. Ela é a grande estratégia do realista para evitar os erros e as extravagâncias da concepção idealista. Seu objetivo é descobrir as forças que determinam as relações políticas reais entre os indivíduos e grupos. Por conta dessa estratégia científica e racional, o realismo político aparece como uma teoria política pura. Mas depois, num subdomínio dessa teoria, deve-se procurar detectar e entender as forças que determinam as relações políticas entre as unidades políticas, as nações, e os modos pelos quais essas forças atuam umas sobre as outras. Com esta última investigação pura fazemos do realismo político uma teoria pura da política internacional.

Como mencionamos anteriormente, Morgenthau faz uma distinção, ainda que não explícita, entre política internacional e política externa. A política internacional seria interpretada como teoria política pura e trataria apenas dos fatos, de como as coisas são, mesmo que interpretadas à luz de teorias, pois, para ele, não há fatos puros, mas interpretados. Por outro lado, a política externa combinaria os fatos fornecidos pela teoria política pura acerca da natureza e do comportamento dos indivíduos, grupos e Estados com os propósitos práticos e morais, os valores e os interesses nacionais de cada sociedade em particular, para formular suas políticas de interesses nacionais, isto é, políticas externas. No entanto, sua exigência é que a política externa deve ser submetida às avaliações de uma teoria pura: as da

racionalidade e cientificidade. Por essa via, ela seria pensada como uma teoria aplicada, mas pura. E apenas então a política externa, nessa forma final de teoria aplicada pura, seria o instrumento adequado para elaborar uma solução do problema da paz duradoura entre unidades políticas com interesses opostos e conflitantes.

A fim de organizar a discussão acima, acerca das etapas voltadas para a operacionalização da tese suprema, começamos pelo estabelecimento de uma outra tese axiológica, submetida hierarquicamente à tese suprema e vinculada aos planos de sua realização. A primeira dessas etapas é aquela em que definimos as características da abordagem teórica para resolver o problema: a teoria política adequada é a do realismo político. Esse tema é nitidamente de natureza metateórica, pois definimos as características que a teoria deve ter a fim de conduzir a uma solução bem-sucedida do problema.

O objetivo da metateoria da teoria da ciência de Morgenthau é o que chamo de tese axiológica teórica de fins. Esse objetivo, diferentemente dos anteriores, é um objetivo teórico. Essa tese, como as que vêm a seguir, deve proporcionar meios para uma articulação operacional da tese suprema. Ela afirma que uma concepção da política internacional deve evitar os extremos das duas concepções tradicionais da política internacional, o realismo político clássico e a concepção idealista:

- TAFPO: O objetivo teórico da teoria da ciência, voltada para reconstruir racionalmente a concepção de Morgenthau, é o de elaborar uma concepção da política internacional tal que ela seja uma alternativa, por um lado, à concepção idealista e, por outro, à concepção realista clássica da política internacional.

De acordo com Morgenthau, o realismo político deve opor-se, de um lado, ao idealismo e seu compromisso com a idéia de que a política deve submeter-se à ética, aos valores e padrões morais, operacionalizados ou não por organizações e instituições outras que o Estado-nação, e, de outro, ao realismo clássico, com sua exigência de que a ética, os padrões morais e os valores devem estar completamente submetidos ao domínio da política de interesse e poder.

De acordo com a concepção idealista da política internacional, a política encontra-se submetida hierarquicamente à ética e à moral. Portanto, do ponto de vista do idealismo, a política não é uma esfera autônoma, mas pertence ao domínio da ética e da moral. Esta é a esfera que deve definir e determinar, a partir de princípios válidos universalmente, a ordem racional que deve prevalecer no mundo da política. Além disso, a concepção da política idealista aceita a crença, como diz Morgenthau, de que:

a rational and moral political order, derived from universally valid abstract principles, can be achieved here and now<sup>56</sup>.

Segundo a concepção política idealista, podemos construir aqui e agora um Estado mundial capaz de resolver o problema da paz. Essa proposta de solução para a paz perpétua, um Estado mundial, um exemplo do qual é a proposta de Kant de uma república mundial, é elaborada e construída a partir de princípios e valores morais e éticos abstratos acerca da natureza humana e de como a sociedade deve ser.

Para Morgenthau, no entanto, tal abordagem foi a responsável pelo fracasso de muitas propostas elaboradas para resolver o problema da paz<sup>57</sup>. E a razão disso é que essa teoria não leva em conta nem a verdadeira natureza das relações entre indivíduos do mundo político tal como ele é – ou seja, relações de poder e interesses conflitantes – nem os processos históricos associados a essas relações tal como eles realmente ocorrem. Esses processos estão longe de ser representados por princípios abstratos universalmente válidos e assentados nos pressupostos da bondade e solidariedade do indivíduo, como querem os idealistas.

Assim, segundo Morgenthau, essa concepção não reúne as condições adequadas para lidar com os fenômenos reais do mundo político. Contudo, ela serve para exprimir situações ideais realizáveis ou alcançáveis ao longo de um processo político que leve em conta a natureza real das re-

## **A estratégia de investigar de maneira racional e científica as entidades políticas básicas, a natureza e a estrutura das relações entre elas, é uma das partes principais da abordagem realista moderna.**

lações entre os indivíduos e entre as nações e que seja conduzido racionalmente. Portanto, a crítica de Morgenthau à concepção política idealista dirige-se especialmente à crença na possibilidade da construção atual dessa solução idealista. Ainda assim, Morgenthau, não parece criticar os valores e fins dessa concepção por si mesmos, enquanto idéias reguladoras. Por isso, essa tese diz que ele as incorpora à sua concepção enquanto idéias reguladoras a fim de conduzir a solução para o problema da paz.

Por outro lado, espera-se que ele evite as limitações do realismo clássico, assim como a confusão que este faz entre as esferas da teoria política pura e da política aplicada que é a política externa. Assim, a teoria política pura deve abster-se de considerações sobre o que deve ser, isto é, acerca de propósitos, para limitar-se a estudar aquilo que é, ou seja, os fatos do mundo político, ainda que estes sejam analisados à luz de teorias. Por outro lado, a política prática, no caso a política externa, deve, a partir dessa demarcação, combinar os elementos tanto da teoria política pura quanto da política prática para definir os fins e propósitos das unidades que são as nações e então elaborar políticas externas que estejam de acordo com os interesses nacionais dos países e que, ao mesmo tempo, sejam capazes de conduzir

à solução do problema da paz duradoura, e isso envolve o compromisso com valores, ideais e princípios morais.

A política externa seria, portanto, uma política prática pura. Enquanto política prática, estaria voltada para a elaboração de soluções dos problemas práticos, mas enquanto política pura, ela conduziria racional e logicamente tanto a construção dessas soluções quanto sua avaliação. Espera-se que a política externa funcione combinando fatos e valores. Portanto, a política externa estaria relacionada a uma concepção da política internacional intermediária entre a concepção idealista e a concepção realista clássica da política internacional. Nessa linha, pode-se afirmar que uma tese axiológica essencial para a operacionalização da tese suprema é aquela que determina a característica da concepção de política internacional que se deva perseguir. Um dos principais elementos do quadro teórico de solução de problemas do realismo de Morgenthau é precisamente uma concepção que atende a esse requisito. Resumindo, o objetivo da metateoria é um realismo político moderno como um meio-termo entre o idealismo e o realismo clássico.

Isso significa que a elaboração dessa concepção requer, para começar, a demarcação entre a teoria pura da política (a política internacional pura) e a política externa pura (a política internacional aplicada). A explicitação dessa demarcação é o que pretendemos discutir em seguida.

A fim de esclarecer e organizar esta última discussão, centrada na dicotomia entre política internacional e política externa, assumo como uma tese axiológica teórica de fins, representativa dos propósitos de Morgenthau, a tese que enuncia a necessidade de produzir uma demarcação entre a teoria política pura e a política aplicada (política externa) como parte das condições para resolver o problema fundamental descrito pela tese axiológica suprema. Essa tese deve fazer parte dos sub-objetivos normativos e teóricos do realismo político e proporcionar mais recursos ao programa voltado para a operacionalização do objetivo supremo definido pela tese TAFN1. Essa segunda tese axiológica pode ser enunciada da seguinte maneira:

- TAFN2: A reflexão metateórica da política, em particular da política internacional, deve proporcionar uma demarcação entre a teoria política internacional, como teoria política pura, e a política externa, como teoria política aplicada.

Essa demarcação, por sua vez, assenta-se na demarcação mencionada anteriormente entre o que é (fatos) e o que deve ser (valores). Com isso, falamos de ciência política pura e aplicada, portanto da demarcação entre teoria política pura, que se refere ao que é, e política aplicada (a

política externa), que deve combinar os fatos com os valores. É essa forma de política externa que deve conduzir a estratégia da solução dos problemas da paz, e para isso ela deve combinar adequadamente dos propósitos práticos e morais e dos valores da sociedade que representa com os fatos reais das relações entre as nações.

Pode-se dizer que o objetivo final de Morgenthau, com essas dicotomias, é o de fazer da política externa uma teoria política (aplicada) pura. Para isso, ele necessita de uma demarcação que defina as condições de possibilidade de uma teoria pura da política, de uma política aplicada e de uma política aplicada pura. Apesar desses passos metodológicos serem necessários, isso parece não acontecer, pelo menos não com clareza. De qualquer modo, uma tese que talvez reflita melhor a posição de Morgenthau de fazer da política externa o principal instrumento de solução do problema da paz é aquela que afirma que:

- TAFP1: A reflexão metateórica da política internacional deve fazer da política externa uma política internacional aplicada pura.

A implementação das estratégias ligadas à realização do objetivo axiológico de resolver o problema da paz depende ainda de outra demarcação mais fundamental e que constitui um componente básico das estratégias voltadas para o propósito de operacionalizar tanto a tese TAPFO quanto a tese TAFP1. O primeiro dos componentes ligados ao objetivo de operacionalizar a TAFP1 é a demarcação entre política internacional (pura) e política externa (prática) pura. E essa demarcação, por sua vez, requer que se defina o que vem a ser uma teoria pura da política. A política deve ser uma ciência autônoma, e isso exige que o domínio da política seja expresso claramente. É exatamente por essa via que Morgenthau começa a construir os pilares da política externa como política aplicada pura. Só depois de dominar a distinção entre o que é e o que deve ser é que podemos combiná-la na política externa para fazer dela uma política aplicada pura. O primeiro item dessa estratégia é a construção da política como domínio separado dos demais campos do conhecimento, em particular da moral e da ética. Pela importância desse ponto na concepção de Morgenthau, podemos afirmar, como uma tese de fins, que:

- TAFP1.1: Um sub-objetivo é estabelecer a autonomia do domínio político, ou seja, demarcar a política dos demais domínios do conhecimento.

Como diz Morgenthau:

Intellectually, the political realist maintains the autonomy of the political sphere, as the economist, the lawyer, the moralist maintain theirs<sup>58</sup>.

Com respeito a esse tema, Morgenthau encontra-se na

tradição dos teóricos preocupados em estabelecer os critérios metodológicos para definir sua área como ciência autônoma. Assim, da mesma maneira que Galileu aplicou o princípio da autonomia à física e Descartes à ciência em geral, ambos para separá-las da religião, Morgenthau faz uso do princípio da autonomia para definir a autonomia da política em relação às demais atividades do conhecimento humano. Segundo esse princípio, a autonomia pode ser operacionalizada pela delimitação do domínio da política mediante a identificação das suas entidades, das relações entre elas e das regularidades envolvendo essas entidades. Além disso, devem ser especificados o objeto, a natureza e a estrutura do conhecimento desse domínio, com o uso de conceitos, leis, teorias e métodos, e a maneira como essa estrutura se relaciona com a realidade que procura explicar, isto é, como se dá a avaliação e a escolha das teorias políticas. É exatamente a maneira de construir e organizar o conhecimento político que constitui o meio de operacionalizar e realizar sua autonomia.

Portanto, o ponto importante aqui, quanto à autonomia da política, é que o domínio da política seja investigado de maneira racional e científica, isto é, que o conhecimento do domínio da política seja feito de acordo com os cânones da verdade, racionalidade e cientificidade. Em particular, que as explicações, descrições e previsões proporcionadas pelas teorias políticas ajustem-se também aos cânones científicos de explicação como expressos, por exemplo, pelo modelo dedutivo-nomológico<sup>59</sup>. Assim, pode-se definir que:

- TAV1: Um sub-objetivo normativo é o de conhecer de maneira racional e científica o domínio da política, estabelecendo relações entre os fatos políticos e construindo teorias políticas com o objetivo de proporcionar explicações, descrições e mesmo previsões de eventos políticos.

Além disso, na mesma linha:

- TAV2: Outro sub-objetivo normativo é o de explicar como buscar, alcançar e preservar a ordem e a paz no mundo de maneira duradoura.

Esse objetivo de Morgenthau de fazer da política uma ciência, ou teoria pura, para proporcionar explicações científicas, é um valor, assim como sua interpretação de que o elemento principal da objetividade da ciência é a verdade. Atribuo a essa exigência de como a ciência deve ser e de quais são suas características o estatuto de uma tese axiológica de valor.

No entanto, a interpretação do objetivo de Morgenthau segundo o qual ele procura construir uma concepção da política como alternativa à concepção idealista não deve significar – e já alertei para isso anteriormente – a manifestação de uma recusa por parte dos realistas de fazer uso

das considerações éticas e morais em política<sup>60</sup>. Ao contrário, verifica-se que essa demarcação é essencial para definir as características do conhecimento de uma política prática pura, a política externa, que faz uso tanto de considerações éticas, de propósitos morais e normativos de ordem geral quanto de fatos. Como apontarei mais tarde, o papel a ser desempenhado pela ética e moral na concepção realista moderna é exatamente o que opõe o realismo moderno ao realismo clássico. O papel dos valores e da moral é importante na formulação da política externa como política aplicada. Essa política prática submetida aos critérios de racionalidade e cientificidade de avaliação torna-se política aplicada pura. Assim, a política externa, formulada como teoria pura, deve submeter-se à avaliação objetiva por meio de critérios racionais e científicos.

O outro objetivo da metateoria da ciência, vinculado como os outros à realização do objetivo normativo expresso pela tese axiológica TAFN1, é o que chamo de tese axiológica teórica de fins. Esse objetivo, diferentemente dos anteriores, é um objetivo teórico que deve proporcionar meios para uma articulação operacional da tese suprema. Ele afirma que uma concepção da política internacional deve evitar os extremos das duas concepções anteriores da política internacional. Como mostrei acima, de acordo com a concepção idealista da política internacional, a ordem política é uma ordem moral e racional derivada de princípios abstratos universalmente válidos, em outras palavras, derivada de princípios *a priori*; portanto, a ordem política encontra-se submetida hierarquicamente à ordem

### **Um ponto frequentemente não notado é que Morgenthau incorpora valores e fins à sua concepção como idéias reguladoras essenciais que podem conduzir a uma solução para o problema da paz duradoura.**

ética e moral<sup>61</sup>. Assim, do ponto de vista do idealismo, a política não é uma esfera autônoma, mas pertence ao domínio da ética e da moral. Além disso, essa concepção aceita a crença, como diz Morgenthau, de que:

a rational and moral political order, derived from universally valid abstract principles, can be achieved here and now<sup>62</sup>.

Segundo essa concepção, pode-se construir aqui e agora um Estado mundial capaz de resolver o problema da paz entre as nações. Tais crenças, juntamente com o modelo do Estado mundial – do qual a república mundial de Kant é um modelo – são consideradas condições suficientes para a construção atual de uma sociedade internacional capaz de resolver de maneira duradoura o problema da paz mundial. Contudo, para Morgenthau tal abordagem, predominante principalmente nas décadas de 20 e 30, foi

responsável pelo fracasso de muitas propostas elaboradas para resolver o problema da paz. A razão, aponta ele, é que a teoria idealista não leva em conta nem a verdadeira natureza dos indivíduos e de suas relações nem os processos históricos que emergem das relações entre os indivíduos como elas realmente ocorrem. Esses processos estão longe de ser representados e descritos por princípios abstratos universalmente válidos, assentados sobre um modelo que destaca o indivíduo como uma entidade política de caráter bondoso e de tendência natural à solidariedade e cooperação, da qual o modelo de Rousseau<sup>63</sup> e de Locke<sup>64</sup> das origens da sociedade serve como exemplo.

A posição de Morgenthau é que tal tese idealista e as crenças que lhe são correlatas não expressam as condições reais a partir das quais podemos representar e desenvolver explicações dos fenômenos reais do mundo político. Mas se, por um lado, ele as rejeita porque não expressam condições reais da natureza do mundo político, por outro, ele as aceita porque servem para exprimir e descrever situações ideais, e principalmente por serem realizáveis ou alcançáveis – não aqui e agora, como os idealistas acreditavam – mas ao longo de um processo político (histórico), que deveria partir de modelos sobre a natureza real das relações entre os indivíduos e entre as nações, e ser conduzido racionalmente.

Portanto, a crítica de Morgenthau à concepção idealista refere-se tanto ao fato de as crenças idealistas não representarem a verdadeira natureza do mundo político quanto ao fato de afirmarem a possibilidade da construção atual dessa solução. Em ambos os casos, elas não levam em conta a realidade da natureza das relações humanas e os processos históricos reais pelos quais as sociedades são construídas. No entanto, um ponto básico, frequentemente não notado, no que diz respeito a Morgenthau, é que ele não só não critica esses valores e fins em si mesmos, nem quanto à possibilidade de sua realização nem quanto a serem princípios reguladores para construir estratégias capazes de resolver o problema da paz mundial de maneira duradoura (como o Estado mundial), mas também os incorpora à sua concepção como idéias reguladoras essenciais que podem conduzir a uma solução para o problema da paz duradoura.

Essa posição de Morgenthau quanto ao idealismo político é seguida por um procedimento simétrico de análise do realismo político clássico. Pode-se notar que, se por um lado ele aceita a maioria dos compromissos do realismo clássico, principalmente seu modelo da natureza das relações entre as unidades políticas, por outro lado ele procurou evitar a confusão – ou a falta de demarcação – entre as esferas da teoria política pura e da política aplicada. A confusão está em que, para o realismo clássico, a teoria política pura, abordada como racional e científica, deveria abster-se de considerações sobre o que deve ser e, portanto,



acerca de propósitos, para limitar-se a estudar aquilo que é, os fatos do mundo político, mesmo que esses fatos sejam analisados à luz de teorias.

Nessa linha de raciocínio, o realismo político clássico entende que o método do equilíbrio do poder não só é suficiente para resolver o problema da paz, mas é também a única abordagem compatível com as exigências dos cânones da racionalidade e cientificidade. Morgenthau rejeita a idéia de que a teoria pura define-se apenas por referir-se àquilo que é, evitando a utilização de valores. Para ele, a característica da teoria pura encontra-se no uso e aplicação dos cânones da cientificidade e da racionalidade na análise e avaliação dos seus temas. Assim é que a política prática, ao combinar fatos, valores e fins provindos, por exemplo,

### **Para Morgenthau, a prudência é a virtude suprema da política e significa a avaliação adequada do peso das conseqüências das ações políticas alternativas, o que permite aumentar a possibilidade do sucesso da ação política.**

da ética e da moral, para construir e definir os fins e propósitos das unidades, e, por aqui, definir políticas externas, não deixa de ser uma teoria pura na medida em que tal política seja submetida aos cânones científicos e racionais<sup>65</sup>.

Para Morgenthau, a política externa, como política prática pura, deve ser elaborada tanto para preencher os fins relacionados com os interesses nacionais do país que representa, quanto para ser capaz de conduzir à solução do problema da paz. Para ele, em primeiro lugar, nos propósitos e nos meios para realizá-los são imprescindíveis os compromissos com valores, princípios morais e ideais, e, em segundo lugar, a avaliação deles deve ser feita por cânones científicos. A política externa que preencher esses requisitos será uma política prática pura. Dessa forma, a política externa, enquanto política prática, estaria voltada para a elaboração de soluções dos problemas práticos, mas, enquanto política pura, ela conduziria de maneira racional e empírica tanto à construção dessas soluções quanto à sua avaliação. É nessa linha que se pode afirmar, em síntese, que a tese axiológica TAF1 é essencial para a operacionalização da tese suprema TAN1, pois determina a característica principal da concepção de política internacional que se deve perseguir e constitui um dos principais elementos do quadro teórico de solução de problemas do realismo moderno de Morgenthau.

A tese TAF1 exprime parte dos componentes metodológicos da estratégia que visa apresentar uma solução para o problema supremo do sistema internacional. Não se pode perder de vista que essa estratégia de solução do problema da paz duradoura começa, pelo lado teórico, com a intenção de construir, a partir dos pressupostos da autonomia da política, uma concepção que se opõe, por um

lado, ao idealismo e seu compromisso com a idéia de que a política está hierarquicamente submetida à ética e, por outro, ao realismo clássico e sua exigência de que a ética esteja completamente submetida ao domínio da política. Resumindo, o objetivo da metateoria é o de um realismo político moderno como um meio-termo entre o idealismo e o realismo clássico. A elaboração dessa concepção requer a demarcação entre a teoria pura da política (a política internacional pura) e a política externa pura (política internacional aplicada).

Portanto, ao longo desta última discussão, verifica-se que tanto a abordagem teórica de Morgenthau da política internacional, quanto seu enfoque de como se resolve, de maneira prática, o problema da paz tem uma forte ligação com um conjunto de princípios e valores que funcionam como categorias auxiliares na organização do sistema conceitual, estando ligados à idéia de teoria, a critérios de cientificidade, ao papel da verdade e da experiência, assim como a compromissos com modelos de dinâmica. Com esses recursos conceituais e catego-

riais se pretende montar um quadro ou uma moldura teórica da concepção da política internacional de Morgenthau em relação ao qual, todos os problemas políticos devem ser postos e enquadrados e suas soluções procuradas e avaliadas. Entre esses valores, há alguns que permanecem primordiais. Eles podem ser expressos por meio de uma tese axiológica geral de valores e, no quadro teórico que descreve a posição de Morgenthau, desempenham funções restritivas ao determinar, por exemplo, que a investigação dos fatos políticos, assim como o uso do resultado dessas investigações para realizar o fim supremo, seja feita segundo os critérios de racionalidade e cientificidade, como aqueles da consistência teórica e empírica.

Cabe aqui o comentário que essa tese poderia ser afirmada também como uma tese de ordem epistemológica, e não apenas axiológica, uma vez que ela impõe condições sobre a natureza do conhecimento no domínio político. Esse é um dos problemas relacionados com a reconstrução racional feita por meio da metodologia da teoria da ciência, ou seja, decidir qual o estatuto das proposições se tese axiológica, ontológica ou epistemológica. Essa metafísica política pretende reconstruir as regras constitutivas do que o autor ou a escola entende vir a ser os elementos para construir uma explicação dos fenômenos da ordem da política internacional. A tese axiológica dos valores pode ser formulada como segue:

TAV3: Morgenthau está comprometido com alguns valores, entre os quais se pode citar:

- i) a crença de que o objeto do conhecimento é a verdade. A verdade é entendida como correspondência

e serve de critério para a caracterização e avaliação objetiva do conhecimento.

- ii) a crença de que o meio de buscar a verdade é o procedimento racional e científico de teste de consistência teórica e empírica.
- iii) a crença de que a ação política é uma ação racional.
- iv) a crença de que a ação racional é aquela decorrente do resultado de uma escolha racional e de que a escolha racional da ação política é conduzida pelo cálculo de minimização de riscos e maximização de benefícios associados com as conseqüências das ações disponíveis.
- v) a crença na possibilidade da construção racional de uma sociedade ideal em que reinaria a paz perpétua.
- vi) a crença de que tal sociedade pode ser alcançada pela organização racional do processo histórico representada pelas políticas externas dos países.

Esses valores aparecerão mais tarde melhor elaborados e no contexto hierárquico apropriado na medida em que desenvolvermos o sistema teórico da concepção de Morgenthau. Contudo, por questão de clareza é interessante enunciarmos todos juntos e identificados provisoriamente como valores de maneira genérica.

Uma vez estabelecidas todas as teses acima, mais diretamente ligadas aos objetivos e às características da construção de uma teoria da política internacional pura, segue-se uma outra etapa, no quadro teórico de Morgenthau, que é a construção propriamente dita de uma política externa como política internacional aplicada pura. A construção dessa concepção de política externa deve ser limitada às várias restrições mencionadas, entre elas a de ser realista mas proporcionar uma alternativa ao idealismo e ao realismo clássico. Esse processo foi iniciado por alguns cientistas políticos que procederam à elaboração de uma teoria da política pura. A partir desse modelo de teoria da política pura, podemos requerer da política externa, para transformá-la de uma teoria da política internacional aplicada em uma teoria pura, que ela também seja submetida ao critério da avaliação racional. Esse objetivo pode ser expresso por uma tese axiológica normativa:

- TAFN3: Um sub-objetivo fundamental para a realização do objetivo supremo é construir uma concepção de política externa como política externa pura racional, para ser aceita como política internacional adequada para a solução do problema da paz duradoura.

Este último objetivo é um dos principais de Morgenthau nessa longa cadeia de objetivos voltada para a solução do problema mencionado na tese suprema, pois se trata de um instrumento efetivo da operacionalização desse obje-

tivo supremo. A política externa pura/racional é definida por Morgenthau como submetida à avaliação de um cálculo cujos componentes são riscos e benefícios. O critério desse cálculo, como expressão da racionalidade, é que ele deve minimizar os riscos e maximizar os benefícios.

A formulação da política em termos de cálculo é eleita como meio de proporcionar uma avaliação racional e objetiva da política externa, pois esse critério do cálculo apresenta-se como o melhor meio de representar e tornar objetivos tanto o preceito moral da prudência quanto a exigência política do sucesso para julgar a ação política, os quais são, para ele, as duas grandes virtudes da política. Para Morgenthau, a prudência é a virtude suprema da política e significa a avaliação adequada do peso das conseqüências das ações políticas alternativas, o que permite aumentar a possibilidade do sucesso da ação política. Morgenthau é bastante claro sobre os aspectos positivos que ele espera da política externa construída no quadro teórico do realismo:

at the same time, political realism considers a rational foreign policy to be good foreign policy, for only a rational foreign policy minimizes risks and maximizes benefits, and, hence, complies both with the moral precept of prudence and the political requirement of success<sup>66</sup>.

Com esse critério da avaliação racional como cálculo, por meio do qual operacionalizamos a principal virtude da política, a prudência, pode-se estabelecer com maior precisão uma distinção básica e fundamental entre uma política externa de cunho idealista e uma política externa de cunho realista. Segundo Morgenthau, para o idealista a ética em abstrato julga a ação política por sua conformidade com a lei moral, enquanto a ética política, aquela utilizada pelo realista, julga a ação por suas conseqüências políticas tendo como referência a prudência e o sucesso. A prudência consiste aqui em escolher uma ação política a partir do cálculo dos riscos e benefícios das conseqüências das ações políticas disponíveis, de tal maneira que os riscos se minimizem e os benefícios se maximizem. Uma discussão mais cuidadosa desses critérios de avaliação de políticas será feita abaixo na epistemologia e, depois, na lógica da ciência.

Na segunda parte desse artigo com suas subseções, descrevo os demais componentes básicos da metafísica política da teoria realista de Morgenthau, a saber, a ontologia, que subdividido em ontologia social e política, e a epistemologia, que entram aqui nessa moldura teórica formando as restrições na busca para a implementação dos objetivos, valores e fins expressos pelas teses axiológicas, em particular, para a implementação da solução realista do problema fundamental descrito pela tese suprema que é aquele de alcançar e manter a paz perpétua. Esses componentes, formados de teses ontológicas quanto epistemológicas, definem as entidades do domínio e as relações entre elas, e também as características do conhecimento desse domínio, e, funcionam como restrições na busca da realização

dos objetivos postos pela tese axiológica. Essas informações sobre o domínio e as características do conhecimento do domínio funcionam como restrições, determinações ou dados em relação aos quais os problemas da política internacional devem ser resolvidos. Os métodos e técnicas para resolver esses problemas, como aqueles da construção de explicações dos fenômenos da política internacional, serão discutidos em outro nível da metodologia da teoria da ciência, o da lógica da ciência que está reservado para outro artigo. Portanto, na segunda parte deste artigo me concentro na articulação das condições teóricas da metafísica política, ontologia e epistemologia, para o enquadramento de problemas e para a busca da construção de soluções do ponto de vista de uma concepção realista moderna da política internacional.

## Notas

<sup>1</sup> Este ensaio tem circulado desde 1993 em cursos e conferências realizadas por mim tanto no núcleo de política internacional e comparada quanto na pós-graduação no Departamento de Ciência Política, em particular no ano de 1996, num curso com o professor Leonel Itaussu. Ele é um dos resultados de um programa de pesquisa sobre a formação do bloco americano e as teorias das relações internacionais, financiado pelo CNPq entre os anos de 1991 e 1994. O ensaio consiste de duas partes, a metafísica política e a metodologia do realismo político. Espera-se ao menos a oportunidade de publicar a primeira parte.

<sup>2</sup> A apresentação do programa do realismo político em política internacional é parte de um programa de investigação mais amplo que engloba sua competição com o programa denominado neoliberal institucionalista, proposto por Robert Keohane (1970), (1977), (1989), que também partilha de alguns pressupostos metodológicos aqui adotados.

<sup>3</sup> Tucídides (1972).

<sup>4</sup> Lakatos (1984).

<sup>5</sup> Chiappin (1989, 1994).

<sup>6</sup> Lakatos (1984).

<sup>7</sup> Na parte da metodologia de Morgenthau mostraremos que o cânone de explicação é o do modelo dedutivo nomológico como descrito por Hempel (1965).

<sup>8</sup> Morgenthau (1967) p. 7.

<sup>9</sup> É importante mencionar que os trabalhos de Carr são bem anteriores aos destes dois autores e constituem propriamente a primeira teoria do programa realista moderno.

<sup>10</sup> Lakatos (1984).

<sup>11</sup> O *modus tollens* afirma que, se uma teoria implica alguma consequência e o teste empírico revela que essa consequência não se verifica, então a teoria é falsa.

<sup>12</sup> Chiappin (1989).

<sup>13</sup> Sigo aqui a tradição popperiana de fazer uso de *teses* para indicar minhas principais pressuposições.

<sup>14</sup> Morgenthau (1967), Huntington (1994) e Fukuyama (1992).

<sup>15</sup> Waltz (1979).

<sup>16</sup> Kuhn (1975).

<sup>17</sup> Chiappin (1994).

<sup>18</sup> Morgenthau (1967).

<sup>19</sup> Morgenthau (1967) p. 9.

<sup>20</sup> Morgenthau (1967) p. 4-6.

<sup>21</sup> Rosecrance (1986).

<sup>22</sup> Morgenthau (1967) p. 162-165.

<sup>23</sup> Morgenthau (1967) p. 20.

<sup>24</sup> Cline (1977).

<sup>25</sup> Morgenthau (1967).

<sup>26</sup> Mello (1991).

<sup>27</sup> Morgenthau (1967) p. 4.

<sup>28</sup> Morgenthau (1967) p. 4.

<sup>29</sup> Tucídides (1972).

<sup>30</sup> Maquiavel (1974).

<sup>31</sup> Hobbes (1974).

<sup>32</sup> Como afirma Morgenthau sobre a concepção de Hobbes do poder: "the clearest case of a definitely located sovereignty is the unfettered authority of Hobbes's *Leviathan*, the source not only of law but of ethics and mores as well"; Morgenthau (1967) p. 314.

<sup>33</sup> Hobbes (1974).

<sup>34</sup> Rousseau (1974).

<sup>35</sup> A reconstrução deste programa realista clássico é o objeto de um artigo a ser publicado em breve. O meu propósito neste artigo é ilustrar a aplicação dos recursos teóricos desenvolvidos acima e, ao mesmo tempo, defender, através da reconstrução do programa realista moderno, uma tese em particular sobre esse programa em relação ao realismo clássico.

<sup>36</sup> Kant (1967).

<sup>37</sup> Morgenthau (1967) p. 4.

<sup>38</sup> Kennan (1947).

<sup>39</sup> Carr (1939).

<sup>40</sup> Aron (1986).

<sup>41</sup> Não é preciso mencionar que a de Carr (1939) precede esta em quase 10 anos.

<sup>42</sup> Como mencionamos antes, é também parte deste programa a discussão das relações entre as propostas de Carr, Kennan e Morgenthau.

<sup>43</sup> Fukuyama (1992).

<sup>44</sup> Keohane (1984).

<sup>45</sup> Carr (1939).

<sup>46</sup> Morgenthau (1967).

<sup>47</sup> Kant (1967).

<sup>48</sup> Morgenthau (1967) p. 3.

<sup>49</sup> Rousseau (1974).

<sup>50</sup> Locke (1973).

<sup>51</sup> Morgenthau (1967), p. 7.

<sup>52</sup> Nesta leitura hobbesiana-kantiana de Morgenthau, não vejo apenas a inspiração metodológica de uma teoria da política internacional como teoria aplicada pura, mas também a inspiração para a solução do problema da paz por meio do Estado mundial.

- <sup>53</sup> Morgenthau (1967) p. 20-22.
- <sup>54</sup> Kant (1967).
- <sup>55</sup> Faça a discussão metodológica desta concepção em outro artigo, a segunda parte deste ensaio, onde desenvolvo e explicito a maior parte desses elementos metodológicos.
- <sup>56</sup> Morgenthau (1967) p. 3.
- <sup>57</sup> Morgenthau (1967) p. 3-4.
- <sup>58</sup> Morgenthau (1967) p. 11.
- <sup>59</sup> Mais adiante, teço algumas considerações, na parte da epistemologia de Morgenthau, quanto à implementação desta tese axiológica TAFP1.1 tanto no que diz respeito à parte que consiste em opor-se ao idealismo quanto à parte voltada para a construção de uma teoria da política prática pura.
- <sup>60</sup> A ser discutido em um ensaio, sobre a metodologia de Morgenthau.
- <sup>61</sup> Kant (1967).
- <sup>62</sup> Morgenthau (1967) p. 3.
- <sup>63</sup> Rousseau (1974).
- <sup>64</sup> Locke (1973).
- <sup>65</sup> Morgenthau (1967) p. 3-4.
- <sup>66</sup> Morgenthau (1967) p. 7.

## Referências

- Aron, Raymond. *Paz e Guerra entre as Nações*. Brasília Editora Universidade de Brasília. (1986)- 2 edição
- Carr, E.H. *The Twenty Years' Crisis, 1919-1939: An Introduction to the Study of International Relations*. Londres, Macmillan (1939).
- Chiappin, José R.N. *Duhem's Theory of Science: An Interplay between Philosophy and ~ History of Science*. Ph.D. thesis. Pittsburgh, University of Pittsburgh (1989).
- Chiappin, José R.N. "O paradigma de Huntington e o Realismo Político." *Lua Nova*, (1994). n 34. pp.37-53.
- Cline, Ray S. *World Power Assessment 1977: a Calculus of Strategic Drift*.-Boulder, West-view Press (1977).
- Fukuyama, Francis. *O Fim da história e o último homem*. Rio de Janeiro, Rocco (1992)
- Hempel, Carl. 'Studies in the Logic of Explanation.' In: Carl Hempel. *Aspects of Scientific Explanation*. Londres, CoUier-MacmiUan Limited. (1965}
- Hobbes, Thomas. *Leviathan*. Edited by C.B. Macpherson; Harmondsworth: Penguin (1968).
- Hobbes, Thomas. *Leviatã*. Coleção Os Pensadores. São Paulo, Editora Abril (1974).
- Huntington, Samuel P. "A Mudança nos Interesses Estratégicos Americanos." *Revista de Política Externa*, vol. 1, n 1, junho (1992).
- Huntington, Samuel P. "Civilizações ou o Quê? Paradigmas do Mundo pós-Guerra Fria" *revista de Política Externa* vol. 2, março (1994).
- Kant, Emmanuel. *La Paz Perpetua*. Madrid, Ed. Aguilar (1967).
- Kennan, George. The Source of Soviet Conduct. *Foreign Affairs*, XXXV, July, (1947).
- Keohane, Robert; Nye, Joseph S. *Transnational Relations and World Politics*. Cambridge, Harvard University Press (1970).
- Keohane, Robert and Joseph Nye. *Power and Interdependence: World Politics in Transition*. Boston: Little, Brown. (1977).
- Keohane, Robert. *After Hegemony. Cooperation and Discord in the world Political Economy*. Princeton. Princeton University Press.(1984).
- Keohane, Robert. *International Institutions and State Power*. Boulder, Colorado: Westview Press. (1989).
- Krasner, Stephen D. *Defending the National Interest*. Princeton (NJ), Princeton University Press (1978).
- Kuhn, Thomas. *A Estrutura das Revoluções Científicas*. São Paulo, Editora Perspectiva (1975).
- Lakatos, Inre. "The methodology of scientific research programmes", In: John Worrall e Gregory Currie (eds.). *Philosophical Papers*, Volume 1. Londres, Cambridge University Press (1984).
- Locke, John. *Segundo Tratado sobre o Governo*. Coleção Os Pensadores. São Paulo, Editora Abril (1973)
- Johnson, Janet Buttolph e Richard A. Joslyn. *Political Science Research Methods*. Whas-hington, CQ PRESS. (1986)
- Maquiavel, O *Príncipe*. Coleção Os Pensadores. São Paulo, Editora Abril (1974)
- Mello, Leonel Itaussu Almeida. *Brasil, Argentina e o Balança do Poder Regional. Equilíbrio, preponderância ou hegemonia? 1969 - 1986*. Tese de Doutorado. Dep. Ciência Política. USP. (1991).
- Morgenthau, Hans. *Politics among Nations. The Struggle for Power and Peace*. Nova York, Alfred. A. Knoff (1967).
- Nagel, Ernest. *The structure of Science*. New York, Harcourt, Brace & World, Inc. (1961)
- Rosecrance, Richard N. *The Rise of Trading State: Commerce and Conquest in the Modern World*. New York: Basic Books. (1986)
- Rousseau, J.J. *O Contrato Social*. Coleção Os Pensadores. São Paulo. Editora Abril (1974)
- Tucídides. *History of the Peloponnesian War*. Harmondsworth, Penguin (1972).
- Waltz, Kenneth. *Theory of International Politics*. Nova York, McGraw-Hill Publishing Company (1979).